

Capítulo 1

Os pressupostos da abordagem

1.1. História, imprensa e idéias

Ao propormos o estudo da atuação de jornais de perfil sensacionalista, controlados por lideranças populistas, no Rio de Janeiro do início da década de 1950, nosso principal pressuposto é o de que a articulação entre sensacionalismo e populismo realizada nestes jornais desempenhou uma função importante na construção de idéias e na afirmação de valores.

Antes de mais nada, é preciso deixar claro que este não é um estudo sobre recepção. Partindo do entendimento da imprensa como uma prática social de produção de sentido sobre a experiência coletiva, nossa ênfase volta-se para a questão da produção do discurso, e só secundariamente para os aspectos de sua recepção. A abordagem aqui proposta tem como objetivo central verificar, na forma da seleção de fatos que constitui o cotidiano no jornal, o entendimento construído para o público acerca da experiência histórica vivida pela coletividade.

A proposta de investigar a relação entre imprensa e construção de inteligibilidade(s) traz em si um conjunto de premissas, que tentaremos aqui discutir. Diversos estudos já afirmaram a potencialidade dos meios de comunicação na conformação de idéias, valores e visões de mundo. No âmbito da produção historiográfica, a partir do momento em que os historiadores deixaram de ver os jornais apenas como documentos, no sentido restrito de lugar onde estariam depositados os fatos históricos, e passaram a vê-los também como atores da história, diferentes abordagens foram delineadas.

À medida em que o estudo das formas de pensamento foi se aproximando de uma história social que tentava reconstruir "o solo comum da experiência"¹, a imprensa foi incorporada como um objeto

¹ Robert Darnton, *O beijo de Lamourette - mídia, cultura e revolução*, São Paulo, Cia.das Letras, 1990, p.178.

legítimo. Não cabe aqui analisar os diversos trabalhos neste campo. Importa-nos, antes, tentar esboçar pressupostos de uma abordagem possível, definindo melhor, teórica e metodologicamente, o estudo da relação entre a prática jornalística e a construção de idéias.

História e idéias

História das idéias, história intelectual, história social das idéias, história das mentalidades, história cultural, história sócio-cultural... A variedade de denominações nem sempre tem significado fronteiras demarcadas, distinções claras de domínios.

O historiador Robert Darnton descreve, sob o termo geral de história intelectual, quatro diferentes abordagens no estudo das idéias: a história das idéias, entendida como o estudo do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos; a história intelectual propriamente dita, vista como o estudo do pensamento informal, climas de opinião e os movimentos literários; a história social das idéias, compreendida como o estudo das ideologias e da difusão das idéias; e a história cultural, o estudo das representações, concepções e visões de mundo.²

Seguindo a classificação exposta por Darnton, podemos dizer que o trabalho com jornais pode enquadrar-se, dependendo do objetivo específico, em uma história social das idéias, em uma história intelectual, ou em uma história cultural. Em seu texto *História das Idéias*, Francisco Falcon chama a atenção para os vários trabalhos ligados à história social das idéias e à história intelectual e que tomam a imprensa como objeto, surgidos na historiografia brasileira, sobretudo a partir da década de 1980. Situam-se neste caso textos que tratam de ideologias, tomadas de consciência, formas de pensamento, tendências intelectuais, etc.³

² Robert Darnton, *O beijo de Lamourette - mídia, cultura e revolução*, op.cit., p.188.

³ Francisco Falcon, "História das Idéias" in *Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (org.), Domínios da História - ensaios de teoria e metodologia*, Rio de Janeiro, Editora Campos, 1997, pp.122-3.

A classificação de Darnton é uma distinção possível, porém mais do que classificar, importa pensar os pressupostos das diferentes abordagens. Chartier⁴ e Darnton são exemplos de historiadores que aceitaram o desafio. No entanto, e segundo Falcon, em geral a historiografia tem sido marcada pela indiferença dos historiadores a respeito das questões conceituais, mantendo o hábito de admitir *a priori* a transparência do sentido como algo intrínseco aos conceitos utilizados na escrita da história. Falcon recorda o comentário de Paul Veyne, de que os historiadores se utilizam com a maior naturalidade de toda uma gama de categorias, conceitos e noções, que ora remetem ao senso comum e ora a horizontes teóricos específicos, sem atentar para as suas implicações e dificuldades.⁵

O ramo mais tradicional dentre aqueles descritos por Darnton é o da história das idéias, compreendida como o estudo das grandes obras intelectuais. Nos últimos 30 anos, a discussão de seus pressupostos deu origem a abordagens radicalmente distintas.⁶ Neste debate, as formulações teórico-metodológicas de Quentin Skinner e J.G.A.Pocock ocupam um lugar fundamental. O presente trabalho baseia-se na convicção de que a importância da contribuição destes dois autores ultrapassa o âmbito da história das idéias no sentido mais restrito, podendo adensar a discussão sobre uma história das idéias em um sentido mais abrangente, onde o estudo da imprensa tenha direito de cidadania.

A "virada linguística": os pressupostos de Skinner e Pocock

⁴ Roger Chartier, "História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação" in A história cultural entre práticas e representações, Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand, 1990.

⁵ Francisco Falcon, op.cit., p.97.

⁶ Ibid., pp.113-121.

Robert Darnton, op.cit..

O elemento central da chamada "virada linguística" na historiografia consistiu no reconhecimento da importância da linguagem ou discurso na constituição das sociedades. Segundo Georg Iggers, a ênfase na centralidade da linguagem foi absorvida por grande parte da história política, social, cultural e intelectual.⁷ Na avaliação de Darnton, a história do pensamento político de Skinner, Pocock e John Dunn - em sua proposta de um contextualismo linguístico - foi a área da história das idéias que mais avançou nos últimos tempos.⁸

Quando em 1969 Quentin Skinner escreveu *Meaning and understanding in the history of ideas*, seu objetivo principal foi questionar as duas ortodoxias que vigoravam nos trabalhos de interpretação de obras intelectuais, o textualismo e o contextualismo, propondo uma abordagem alternativa, o contextualismo linguístico. Quanto ao textualismo, Skinner discutia as limitações de um método que tomava o texto como um objeto auto-suficiente no processo de investigação e compreensão de seu significado. Nesta perspectiva, a obra intelectual era entendida como uma realidade autônoma, portadora de elementos atemporais, na forma de idéias universais. Alguns textos são assim considerados "clássicos" por sua relevância na discussão destas questões universais, para além e a despeito do contexto de origem das obras.⁹

O perigo dos pressupostos da abordagem textualista na história das idéias, segundo o entendimento de Skinner, era o de produzir anacronismos (como atribuir a um escritor significados não disponíveis em seu tempo) e mitologias (como a da originalidade ou a da coerência de determinada obra). Além disso, Skinner também chama a atenção para a incapacidade do textualismo de perceber as "estratégias oblíquas" contidas na produção do próprio texto. Contra estes perigos, Skinner propõe uma abordagem contextualista, que tem como objetivo fazer não a

⁷ Georg Iggers, Historiography in the twentieth century: from scientific objectivity to the post-modern challenge, Hanover, University Press of New England, 1997.

⁸ Robert Darnton, op.cit., p.190.

⁹ Quentin Skinner, "Meaning and understanding in the history of ideas", in James Tully (ed.), Meaning and context - Quentin Skinner and his critics, Princeton, Princeton University Press, 1988, p.30.

história de uma idéia (como no caso das "unit-ideas" de Arthur Lovejoy), mas sim a história de como os homens usam as idéias. Menos o estudo do significado das palavras e mais o de seus variados usos. E, então, a questão crucial é relativa às perguntas que o uso de determinada expressão buscava responder em um tempo específico. Pois, segundo Skinner, a persistência de certas expressões não indica necessariamente a permanência de questões as quais as expressões podem ter, em algum momento, buscado responder.¹⁰

A abordagem contextualista reconhece, justamente, que nossas idéias constituem respostas a circunstâncias e que portanto seu estudo não deve limitar-se aos textos. Skinner, no entanto, preocupa-se com um certo determinismo que pode derivar desta metodologia e chama a atenção quanto à natureza das relações entre ação e circunstância. A fórmula segundo a qual o contexto social contribui para a formação e transformação das idéias e vice-versa, pode acabar criando uma perspectiva redutora, se for compreendida muito rapidamente como uma relação de causa e efeito.¹¹

Segundo Skinner, ainda que o estudo do contexto social dos textos sirva para explicá-los, não é suficiente para compreendê-los. A compreensão dos textos passaria pela apreensão das intenções do autor e pelo significado por ele atribuído à sua ação. A noção de *performance* ou *ato de fala* é usada por Skinner no sentido de demarcar as várias dimensões da ação/declaração realizada pelo autor. A partir das formulações de J.L.Austin, Skinner opera a distinção entre o significado de uma dada declaração, a intenção do autor de fazê-la (que pode ser entendida como uma causa da ação) e a intenção do autor ao fazê-la (que não deve ser vista como causa e sim como parte da ação, e que Austin chamou de "*intended illocutionary force*").¹²

¹⁰ Quentin Skinner, "Meaning and understanding in the history of ideas", op.cit., pp.32-56.

¹¹ Ibid., p.58.

¹² Ibid., pp.60-1.

Quentin Skinner, "Reply to my critics" in Meaning and context - Quentin Skinner and his critics, op.cit., p.260.

A noção de *ato de fala* aponta para o caráter de ação da linguagem. Nesta perspectiva, o ato de fala não representa uma ação, mas é de fato a própria ação. Pois, ao realizar seu proferimento, o indivíduo estará imediatamente fazendo algo.¹³ A atenção do historiador deve voltar-se, portanto, para o que o autor, ao escrever em um determinado momento e para uma específica audiência por ele visada, desejava comunicar/provocar ao realizar seu ato de fala. Um exemplo clássico na obra de Skinner é sua análise do significado da declaração "um príncipe deve aprender a não ser virtuoso", feita por Maquiavel em *O Príncipe*.¹⁴

Vale lembrar, neste ponto, que a preocupação central de Skinner é pensar a melhor forma de interpretação das obras intelectuais, no sentido de recuperar sua identidade histórica.¹⁵ A metodologia proposta é histórica e intertextual: além da recuperação do contexto social e político, também a reconstituição da rede de relações possível entre o ato de fala em questão e outros atos de fala disponíveis em seu tempo. Este segundo esforço, compreendido como o estudo do contexto linguístico em que se dá o ato de fala, intenta alcançar o significado da obra em seu tempo, escapando a visões anacrônicas e redutoras.

A primeira regra sugerida por Skinner é a de que o historiador das idéias deve focar não apenas o texto a ser interpretado, mas igualmente as convenções que regem o tratamento dos temas com os quais o texto está lidando. Esta regra deriva da compreensão de que os atos de fala são sempre atos de comunicação e portanto estão sujeitos a convenções que garantem o seu reconhecimento enquanto ato de fala. A segunda regra propõe a reconstituição do universo mental do autor em questão, a recuperação de suas crenças (no sentido amplo), uma vez que as intenções com as quais ele realiza suas ações estão intimamente ligadas a estas crenças.¹⁶

¹³ Quentin Skinner, "Reply to my critics" in Meaning and context - Quentin Skinner and his critics, op.cit., p.262.

¹⁴ Quentin Skinner, Maquiavel, São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.

¹⁵ Quentin Skinner, "Reply to my critics", op.cit., p.232.

¹⁶ *Ibid.*, pp.274-9.

Quentin Skinner, "Motives, intentions and the interpretation of texts" in Meaning and context -

Assim, ao estudar a obra de Maquiavel, Skinner reconstitui o contexto intelectual e político, evocando sua formação humanista e sua experiência diplomática, por exemplo, no sentido de restituir Maquiavel "ao mundo em que suas idéias foram inicialmente formadas"¹⁷. Mas a compreensão das obras de Maquiavel passa também pelo estudo dos conceitos usados nos textos e os significados atribuídos a eles. Relacionando os textos de Maquiavel à tradição humanista da qual é herdeiro e à produção de seus contemporâneos, Skinner recompõe o contexto linguístico original das obras ("um estoque conhecido de imagens retóricas"¹⁸), a partir do qual é possível situar de forma mais precisa o significado pretendido por Maquiavel e a originalidade de seu pensamento.

Skinner produz uma historiografia preocupada com as realizações individuais, como no caso de Maquiavel, mas onde a história do pensamento deve ser vista não como uma série de tentativas em responder a um conjunto canônico de perguntas ("*a canonical set of questions*"), mas como uma sequência de episódios onde as perguntas assim como as respostas estão em frequente transformação.¹⁹ Uma história das idéias que enfatiza a experiência dos homens no uso das idéias. A transformação do pensamento em discurso, operada pela noção de atos de fala, demarca essa ênfase na experiência. E, em Skinner, a experiência da linguagem torna-se uma dimensão central no entendimento da ação política.

A interpretação dos textos históricos realizada por Skinner desenvolve-se em exame das formações ideológicas e suas transformações, e em análise da relação entre ideologia e ação política.²⁰ Em seu prefácio ao livro *The foundations of modern political thought*, publicado em 1978, Skinner anuncia seu propósito de "iluminar algumas das conexões entre teoria e prática política", ultrapassando a abordagem

Quentin Skinner and his critics, op.cit., p.77.

¹⁷ Quentin Skinner, *Maquiavel*, op.cit., p.12.

¹⁸ Ibid., p.51.

¹⁹ Quentin Skinner, "Reply to my critics", op.cit., pp.233 e 283.

dos historiadores políticos, criticados por relegarem as idéias e princípios a um papel marginal no entendimento do comportamento político; bem como a abordagem dos historiadores das teorias políticas, criticados por limitarem-se à interpretação dos textos clássicos, não observando a relação proposta por Skinner.²¹

No referido prefácio, Skinner propõe um estudo da relação entre ideologia e ação política que reavalie a visão da natureza puramente instrumental desta relação, onde as idéias são usadas no sentido de legitimar as ações. Demarcando a função normativa da linguagem (as palavras não apenas descrevem, mas ao descreverem também valoram as ações), Skinner argumenta que o problema de um agente que deseja legitimar sua ação não deve ser percebido apenas como a questão instrumental de adequar sua linguagem normativa no sentido de servir aos seus projetos, mas também como a questão de talhar seus projetos dentro da linguagem normativa disponível.²²

Desta forma, a recuperação dos termos do vocabulário disponível ao agente para a descrição de seu comportamento político indica também os limites deste comportamento. O contextualismo linguístico de Skinner aparece como o caminho para a observação não só dos argumentos apresentados por determinado autor, mas também das questões às quais ele tenta responder, e até onde ele está aceitando e reforçando, ou atacando e mesmo ignorando, os pressupostos e as convenções que regem o debate político.²³

A ênfase na questão da autoria em Skinner possibilita a percepção do texto em seu contexto, restituindo assim sua historicidade, ao mesmo tempo em que lhe atribui o caráter de ação (o texto como ato de fala). Em "*Reply to my critics*", Skinner esclarece que, com toda a atenção dedicada à autoria, é sobre a idéia de discurso, e não sobre a individualidade dos autores, que volta-se a sua abordagem. Deste modo, o historiador das

²⁰ James Tully, "The pen is a mighty sword" in Meaning and context - Quentin Skinner and his critics, op.cit., p.7.

²¹ Quentin Skinner, The foundations of modern political thought, Cambridge, Cambridge University Press, 1978.

²² Ibid., pp.xii-xiii.

²³ Ibid., p.xiii.

idéias adepto do método estuda prioritariamente o que Pocock chamou de "linguagens do discurso", e apenas secundariamente a relação entre as contribuições individuais para tais linguagens e a extensão do discurso como um todo.²⁴

Assim como em Skinner, em Pocock a história do pensamento político transforma-se em história do discurso político, entendida como um campo de estudo constituído de atos de fala e das condições ou contextos onde estes atos acontecem. O contexto linguístico aparece então não como o único capaz de dar significado ao ato de fala, mas como um ponto de partida promissor.²⁵

"We wish to study the languages in which the utterances were performed, rather than the utterances which were performed in them", escreve Pocock.²⁶ Tradicionalmente, filósofos e historiadores das idéias trabalharam para a construção do significado histórico das chamadas grandes obras intelectuais, importância histórica esta que estava assegurada por critérios como o da coerência da obra, ou o de sua relação com outras, constituindo um processo evolutivo do pensamento. Mas o esforço empreendido por Pocock é o de pensar prioritariamente a linguagem, e mais especificamente a linguagem política, como um fenômeno histórico.²⁷

Embora os autores - indivíduos que pensam e argumentam - permaneçam sendo os atores dessa história, as unidades dos processos que constituem essa história são os paradigmas do discurso político.²⁸ Semelhante a Skinner, Pocock argumenta que, uma vez que a história é vista em sua dimensão linguística, a observação dos paradigmas com os quais o autor opera toma precedência em relação às questões sobre sua intenção, ou sobre a "força ilocucionária" de sua declaração. Só a

²⁴ Quentin Skinner, "Reply to my critics", op.cit., pp.276-7.

²⁵ J.G.A.Pocock, "The concept of a language and the *métier d'historien*: some considerations on practice" in Anthony Pagden (ed.), The languages and political theory in early-modern Europe, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, p.20.

²⁶ Ibid., p.21.

²⁷ J.G.A.Pocock, "Languages and their implications: the transformation of the study of political thought" in Politics, language and time: essays on political thought and history, Chicago, The University of Chicago Press, 1989.

²⁸ Ibid., p.25.

compreensão dos meios disponíveis para a realização de determinado ato de fala pode levar à desejada apreensão de seu significado.

Interessado nas conexões entre o sistema linguístico e o sistema político, Pocock desenvolve, pois, uma historiografia preocupada com as "linguagens do pensamento político" ou "linguagens da política", bem como com a "política da linguagem". As linguagens do pensamento político podem ser compreendidas como idiomas - como fora o caso do republicanismo clássico por ele estudado, por exemplo - identificáveis em suas formas retóricas, seu vocabulário, sua gramática e seus paradigmas.²⁹

A questão da difusão e da apropriação dos idiomas é um aspecto relevante desse estudo. Segundo Pocock, à medida em que uma determinada linguagem institucionaliza-se e torna-se pública, torna-se também disponível aos mais diversos propósitos. Assim, um idioma pode difundir-se para além de sua comunidade originária, chegando mesmo a história de sua difusão a tornar-se algo bem diferente da história de sua criação.³⁰

Mas como identificar a existência de uma linguagem nos termos expostos por Pocock, como um fenômeno histórico? Como o historiador pode ter certeza de que a tal "linguagem" não é uma fabricação sua? A existência de uma linguagem transparece à medida em que o método textual empreendido revela a relação entre diferentes atos de fala (textos), onde os autores compartilham vocábulos, imagens retóricas e pressupostos, respondendo uns aos outros. A possibilidade de reconstituição de uma *comunidade de discurso* é o que assegura o caráter de fenômeno histórico, a algo que a princípio parece não ser mais que "*highly idiosyncratic modes of utterance*".³¹

Pocock descreve o historiador como uma espécie de arqueólogo, aquele que deve descobrir as várias "camadas" do texto estudado, aí compreendidas como os diferentes contextos e linguagens que o

²⁹ J.G.A.Pocock, "Languages and their implications: the transformation of the study of political thought", op.cit., pp.15 e 19.

J.G.A.Pocock, "The concept of a language (...)", op.cit., pp.20-1.

³⁰ Ibid., p.24.

constituem. Ele argumenta que faz parte do caráter plural das sociedades políticas o fato de suas redes de comunicação serem complexas e nunca inteiramente fechadas. Assim, a linguagem política de uma sociedade pode estar impregnada de termos teológicos, econômicos ou jurídicos, por exemplo. E, se o filósofo preocupa-se em distinguir as diferentes ordens de declarações, o historiador deve justamente pensar sua interação e até onde é possível vê-las separadamente, pois uma sociedade plural e complexa fala uma linguagem igualmente plural e complexa, ou melhor, uma pluralidade de linguagens. Nesta perspectiva, revela-se a tessitura sofisticada que compõe a história do pensamento político.³²

O historiador, engajado em identificar os contextos linguísticos em que os atos de fala são conduzidos, deve estar apto a estudar a criação de linguagens em qualquer espaço do contexto social e sua difusão pela atividade do discurso político, demonstrando os modos pelos quais a *performance* dos atos de fala não só modifica a linguagem, mas também leva à criação e difusão de novas linguagens.³³

O historiador interessado na criação e difusão de linguagens políticas é, ainda, o historiador das interações entre *parole* e *langue*. A *parole* é determinada pela *langue*, mas também age sobre ela, sendo capaz de modificá-la enquanto estrutura institucional de discurso, disponível para os diversos e não raro conflitantes propósitos dos vários atores de determinado universo. Desta forma, a *parole* - entendida como a fala individual - é tanto uma resposta às falas de outros indivíduos, como uma resposta às convenções da *langue* as quais o indivíduo está usando e das quais ele está até certo ponto consciente. Em alguns momentos, a morfologia da *langue* é modificada pela dinâmica da *parole*.³⁴

Pocock chama a atenção, finalmente, para o fato de que o estudo da criação e difusão de linguagens envolve processos observáveis apenas na perspectiva diacrônica, por mais que constituídos de

³¹ Ibid., p.27.

³² J.G.A.Pocock, "The concept of a language (...)", op.cit., p.23.

J.G.A.Pocock, "Languages and their implications", op.cit., pp.21-3.

³³ J.G.A.Pocock, "The concept of a language (...)", op.cit., p.29.

performances que ocorram sincronicamente. Linguagens são estruturas de mediação poderosas, e agir dentro destas estruturas e sobre elas pode significar agir imediatamente sobre as pessoas (leitores e ouvintes), mas as mudanças estruturais da linguagem e sua institucionalização em geral representam um processo indireto e não-imediato. Assim, as transformações na linguagem levam sempre algum tempo até resultarem em efetivas modificações nas práticas sociais.³⁵

Das mentalidades às práticas e representações

A preocupação específica aqui é pensar como as formulações teórico-metodológicas de Skinner e Pocock podem contribuir para uma melhor definição das possibilidades da imprensa enquanto objeto da história das idéias. Interessa-nos fazer com que tais formulações, originalmente pensadas para a interpretação de obras intelectuais, dialoguem com determinadas reflexões de uma historiografia voltada para o estudo das práticas e das representações, onde a imprensa é admitida como objeto legítimo.

A primeira questão importante a retomar é a afirmação do caráter contingente das obras intelectuais na discussão realizada por Skinner acerca do textualismo e do contextualismo. Parece-nos pertinente relacionar as considerações de Skinner às críticas que faz Lucien Febvre à história intelectual. Trata-se de perspectivas historiográficas distintas, separadas por algo mais que o oceano e o tempo, mas fazê-las dialogar possa talvez revelar o esforço de se pensar a relação entre as idéias e o social.

A afirmação da contingência das obras intelectuais em Skinner nos remete à crítica da história das idéias "descarnadas" feita por Febvre. Também em Febvre, e muito antes que em Skinner, a história intelectual fora criticada por produzir anacronismos e reducionismos. Segundo Chartier, Febvre criticara a história intelectual francesa, nas primeiras

³⁴ Ibid., pp.33 e 37.

³⁵ J.G.A.Pocock, "The concept of a language (...)", op.cit., pp.37-8.

décadas do século XX, porque isolava as idéias ou os sistemas de pensamento das condições que permitiriam a sua produção, separando-os radicalmente das formas de vida social, que lhes eram pertinentes. Essa história "desencarnada" instituía um universo de abstrações onde o pensamento surgiu como não tendo limites, já que sem quaisquer dependências.³⁶

Em 1948, Febvre retoma uma de suas idéias centrais: "*Não se trata de subestimar o papel das idéias na história. E ainda menos de o subordinar à ação dos interesses. Trata-se de mostrar que uma catedral gótica, o mercado central de Ypres... e uma dessas grandes catedrais de idéias (...) são filhos de um mesmo tempo*". De acordo com Chartier, sem a explicitar nem a teorizar, Febvre sugere aí uma leitura que postula, para uma dada época, a existência de "estruturas de pensamento" (o termo não é usado por Febvre), comandadas elas próprias pelas evoluções sócioeconômicas, que organizam as construções intelectuais como as produções artísticas, as práticas coletivas como os pensamentos filosóficos.³⁷

A partir de Febvre, abriu-se caminho para a história das mentalidades. A noção de "utilização mental", aparecida no livro sobre Rabelais que Febvre lançou em 1942, foi um elemento seminal. A noção trazia em si três afirmações: primeira, a de que as categorias do pensamento não são universais e, por isso, não são redutíveis àquelas usadas pelos homens do século XX; segunda, a de que as maneiras de pensar dependem dos instrumentos materiais e conceituais que os tornam possíveis; e por fim, a de que não existe um progresso contínuo e necessário do pensamento.³⁸

O que define a utilização mental, em Febvre, são os vários suportes linguísticos, conceituais e afetivos que dirigem as maneiras de pensar e sentir. A tarefa do historiador torna-se, portanto, a de compreender o pensamento de uma época em sua irreduzível especificidade, isto é, sem o seu envolvimento em categorias

³⁶ Roger Chartier, op.cit., pp.32-4.

³⁷ Ibid., pp.34-5.

³⁸ Ibid., pp.36-37.

anacrônicas. Na famosa formulação de Febvre, "o homem do século XVI deve ser inteligível não relativamente a nós, mas aos seus contemporâneos".³⁹

Chartier chama-nos a atenção para o fato dos processos de "encarnação" das idéias serem mais complexos do que Febvre parecia supor em sua teorização. Mas mesmo com limitações teóricas, a influência de Febvre e da primeira geração dos *Annales* provocava já um deslocamento na história intelectual francesa, na direção de uma perspectiva mais coletiva, voltada para o pensamento em seu nível mais cotidiano, automático, inconsciente. Assim, marcadamente a partir dos anos 60, a história das mentalidades ganhava espaço na historiografia francesa, constituindo como objeto histórico fundamental algo que era exatamente o contrário do objeto da história intelectual clássica: à idéia, construção consciente do indivíduo, opunha-se a mentalidade coletiva que rege as representações e os juízos dos sujeitos sociais, sem que estes o saibam.⁴⁰ Para tanto, foi preciso recorrer a métodos emprestados de disciplinas vizinhas, como a análise serial ou os estudos sobre a linguagem, realizando-se a perspectiva interdisciplinar tão cara aos "pais fundadores" dos *Annales*.

Em análise recente, Ronaldo Vainfas nos lembra que não foram poucos os historiadores que nos últimos 20 anos tentaram definir ou delimitar o campo teórico e metodológico da história das mentalidades. Quase todos esbarraram em imprecisões e ambiguidades que, de certo modo, marcaram a história das mentalidades e contribuíram para o desgaste da própria noção. Assim, numa visão de conjunto, seria errôneo falar em uma história das mentalidades homogênea e unificada, pois a resposta a alguns dilemas fazia com que a mesma se sub-dividisse em diferentes vertentes.⁴¹

Entre os problemas enfrentados por esses historiadores, Vainfas destaca os seguintes: o dilema entre reconhecer uma relativa autonomia

³⁹ Roger Chartier, op.cit., pp.37-8.

⁴⁰ Ibid., pp.33 e 40-1.

⁴¹ Ronaldo Vainfas, "História das mentalidades e história cultural" in Domínios da História - ensaios de teoria e metodologia, op.cit., 137 e 143.

das mentalidades e a necessidade de articulá-las a totalidades históricas explicativas; o dilema entre a perspectiva da longa duração e o risco de fossilizar a história; e o dilema de resgatar o lado humano e até individual da história e o desejo de explicar o sentido coletivo e global da história. Na opinião de Vainfas, todos esses dilemas, e vários outros não mencionados, decorrem, em certo sentido, de um dilema maior, talvez filosófico ou civilizacional da própria história do Ocidente nas últimas décadas: o impasse entre a contemporânea crise do racionalismo e a própria tradição racionalista do mundo ocidental na modernidade.⁴²

A partir de seu declínio, o grande refúgio da história das mentalidades foi a história cultural. E aqui importa para nós a história cultural tal como desenvolvida por Roger Chartier, historiador vinculado diretamente à tradição inaugurada pelos *Annales*. Algumas das características centrais desta história cultural são: a recusa do conceito vago de mentalidades, a preocupação com o popular, e a valorização das estratificações e dos conflitos socioculturais como objeto de investigação.⁴³

Mais especificamente no que se refere a Chartier, os principais elementos do seu modelo encontram-se sistematizados na coletânea *A história cultural: entre práticas e representações*, já citada neste trabalho, reunindo ensaios escritos entre 1982 e 1988. Articulando algumas idéias centrais, diríamos, de forma abreviada, que ele propõe pensar o conceito de cultura enquanto *prática*, e sugere para seu estudo as categorias de *representação e apropriação*.

A história cultural, tal como definida por Chartier, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler. Nesta perspectiva, a imprensa pode constituir-se em elemento importante, uma vez que participa da formação do entendimento que os homens têm do seu presente. Importa verificar, portanto, como a prática jornalística

⁴² Ronaldo Vainfas, "História das mentalidades e história cultural" in Domínios da História - ensaios de teoria e metodologia, op.cit., pp.141-2.

⁴³ Ibid., pp.148-151.

constrói essa inteligibilidade, "na historicidade da sua produção e na intencionalidade da sua escrita", como escreve Chartier.⁴⁴

Neste ponto, devemos de retomar o diálogo com Skinner e Pocock. Em Skinner é clara a preocupação com a historicidade da produção e a intencionalidade da escrita das obras intelectuais. Com o objetivo da recuperação da identidade histórica dos textos, o contextualismo linguístico opera a transformação do pensamento em discurso, através da adoção da perspectiva dos atos de fala. O texto compreendido como ato de fala, por sua vez, significa a realização de uma história das idéias que enfatiza a experiência, mais precisamente a experiência dos indivíduos no uso das idéias. Realiza-se assim em Skinner e Pocock uma outra história *événementielle*, onde os textos são os eventos e o real deixa de ser aquilo que o texto reflete ou representa. E, retomando a idéia de Chartier, diríamos que também aqui o real não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas sim a própria maneira como ele a cria.⁴⁵

As implicações do debate para o estudo da imprensa

A ênfase na experiência de como os homens usam as idéias, em Skinner e Pocock, abre-nos um espaço promissor para o estudo da prática jornalística, embora um tal movimento de apropriação teórico-metológica demande certos ajustes, face às diferenças entre os objetos (as obras intelectuais e os jornais). Uma primeira questão diz respeito à aplicação das noções de *discurso* e *ato de fala*. A princípio poderíamos dizer que o discurso jornalístico pode ser tratado como ato de fala, pois também ele é uma ação, na medida em que apresenta (e não representa) um fato, no sentido do "dizer é fazer" de Austin. Isto é, ao processar-se, o discurso já está fazendo alguma coisa, produzindo uma realidade para além daquela que aparece como a referencialidade do texto.

⁴⁴ Roger Chartier, op.cit., p.63.

⁴⁵ Idem.

Mas até onde podemos falar de *discurso* jornalístico? Chartier nos oferece o primeiro alerta, ao discutir o conceito de objeto intelectual. Resumindo nossa apropriação, diríamos que o objeto em questão (o discurso jornalístico) não é algo que existe na natureza, sendo em alguma medida também uma invenção do historiador. Torna-se necessário ultrapassar, portanto, a "permanência enganadora de um vocabulário que é o nosso".⁴⁶ Na dissertação *Imprensa de 1930 e memória histórica: uma questão para a análise do discurso*, por exemplo, Bethania Mariani realiza a interseção entre linguística, história e imprensa, e apresenta algumas considerações importantes, ao fazer a distinção entre texto e discurso.⁴⁷

Segundo Mariani, o que chamamos de discurso jornalístico não representa um dado empiricamente observável, não designa os jornais propriamente ditos. Exemplificando, os jornais escolhidos por esta autora representam um tipo de conjunto de textos políticos na conjuntura da Revolução de 1930, a partir dos quais se fará possível estudar um "discurso jornalístico-político". "*O discurso, portanto, é tanto uma construção do analista como uma construção em si, ou seja, fruto de uma prática discursiva intersubjetiva, mediada pela inscrição em suas condições de produção*".⁴⁸

Por texto compreende-se um objeto empírico, uma superfície linguística com começo, meio e fim. No entanto, não se pode afirmar o mesmo a respeito do discurso, pois, segundo Mariani, todo discurso nasce de outro discurso e reenvia a outro. Daí a autora utilizar-se também da noção de *processo discursivo*. Um texto é um exemplar do discurso e o discurso é uma dispersão de textos. Assim, o discurso político-jornalístico é formado por editoriais, reportagens, entrevistas, telegramas, artigos assinados, fotografias, charges, etc.⁴⁹

É esta dispersão o que imediatamente diferencia o discurso jornalístico das obras intelectuais. É certo que Skinner e Pocock desfazem a idéia de unidade das obras intelectuais que analisam, ao criticarem o

⁴⁶ Roger Chartier, op.cit., p.65.

⁴⁷ Bethania Mariani, *Imprensa de 1930 e memória histórica: uma questão para a análise do discurso*. Campinas, Unicamp, 1988 (dissertação de mestrado).

⁴⁸ Ibid., pp.51-2.

critério da história intelectual clássica quanto à coerência interna dos textos, enfatizando, ao inverso, o caráter plural (e sempre ambíguo) dos mesmos. Ainda assim, é preciso demarcar que, no caso do discurso jornalístico, o grau de dispersão faz-se maior. Em Pocock e Skinner, é pela investigação acerca das intenções do autor e do significado por ele atribuído ao texto que se recupera a historicidade do texto (suas interlocuções, suas ambiguidades, sua originalidade). Ao tomar a imprensa como objeto, a questão da autoria, das intenções e dos significados torna-se mais complexa.

Neste ponto é importante lembrar que os rumos metodológicos devem variar segundo o recorte específico da pesquisa. Se, a título de exemplo, tomarmos o estudo dos jornais políticos que surgem no Rio de Janeiro no período pós-Independência, quando a imprensa exercia uma função basicamente política e era produzida em grande parte a partir de iniciativas individuais, parece-nos bem mais simples a aplicação da questão da autoria. Seria possível, assim, aplicar as perspectivas de Skinner e Pocock a esse respeito a um jornal do tipo do *Aurora Fluminense* (1827-1839), de Evaristo da Veiga, famoso por sua autoridade entre os contemporâneos enquanto formador de opinião.

Neste sentido, reconstituindo o contexto intelectual e político que informam os atos de fala realizados pelo polemista, seria possível perceber sua intenção e o significado por ele atribuído à sua ação. E, relacionando estes atos de fala a outros (como aos jornais com os quais o *Aurora Fluminense* debatia), isto é, reconstituindo a comunidade de discurso onde esses atos acontecem, seria possível mapear a linguagem política da época, em sua pluralidade e em seu movimento.

Mas à medida em que os jornais iniciaram o seu processo de institucionalização, enquanto meio de informação, a questão tornou-se mais complexa. O jornalismo tornou-se uma atividade profissional e os jornais tornaram-se empresas. Neste processo, as funções e os conteúdos se multiplicaram: opinião, informação, anúncios, etc. Assim, dada a multiplicidade de textos que passaram a compor o jornal, talvez

⁴⁹ Bethania Mariani, op.cit., pp.51-2.

tenha se tornado possível trabalhar com a noção de que diferentes espaços do jornal constituem em si próprios diferentes atos de fala (com autorias, intenções e funções diversas) e o jornal, em seu conjunto, comporia uma espécie de *espaço de argumentação*.

A questão da autoria nos leva à questão da autoridade, fundamental para se pensar a legitimidade do discurso jornalístico. Observando os jornais brasileiros ao longo do século XX, vemos que, em seu lento processo de institucionalização, a imprensa foi estabelecendo uma imagem que passou a ser cada vez menos a de agente no mundo político e mais a de meio ou lugar de observação que se pretende imparcial. Podemos dizer que tal processo desencadeou uma transformação semelhante à passagem de uma história concebida como *mestra da vida* para aquela outra que se pretendeu científica. Também na atividade jornalística a autoridade acabou deslocando-se do narrador, que produzia um ajuizamento particular, para o método (a técnica), que reclamou para si o encontro de uma verdade absoluta.

Quanto à difusão e apropriação dos idiomas políticos – um aspecto relevante do estudo de Pocock – pode-se concordar com a afirmação de que, à medida que uma determinada linguagem se institucionaliza, ela torna-se pública, e, como tal, disponível aos mais diversos propósitos. Assim, um idioma pode difundir-se para além de sua comunidade originária e a história de sua difusão pode tornar-se algo bem diferente da história de sua criação. A potencialidade da imprensa enquanto lugar de difusão e apropriação das linguagens é constatada por Pocock, para quem o jornalismo, assim como as "belas letras", teria participado intensamente da fabricação do discurso político inglês do início do século XVIII.⁵⁰

Para além de perceber as linguagens políticas veiculadas pela imprensa, o estudo das especificidades do discurso jornalístico revela uma política própria à sua linguagem. As condições de sua produção (perceptíveis através da contextualização) podem revelar as intenções embutidas em determinado projeto editorial, e estas, por sua vez, podem

⁵⁰ J.G.A.Pocock, "The concept of a language (...)", op.cit., p.25.

desvelar as "estratégias oblíquas do texto". Assim, uma imprensa sensacionalista exercerá uma dada função ou efeito sobre a comunidade de leitores, e adotará para isso uma linguagem diversa do jornais chamados "sérios". Estes, por seu turno, construirão sua legitimidade sobre a noção de objetividade.

A conformação de uma linguagem técnica na imprensa é resultado de um processo histórico, onde os jornais foram assumindo novas funções na sociedade. Sob perspectivas diversas, teóricos da comunicação, historiadores, cientistas políticos e outros têm analisado a potencialidade política deste discurso técnico que tem como referente o fato.

Em seu trabalho sobre *O mundo dos jornalistas*, a antropóloga Isabel Travancas demarca a função da imprensa na constituição da cidadania: "*Ainda discutindo o papel do jornalista, saliento que ele tem uma função importante em termos da construção da cidadania, uma vez que é responsável pela transmissão de informações, e a idéia de cidadania está subordinada à informação. Não há cidadão sem conhecimento, é este que torna o indivíduo cidadão, na medida em que as informações lhe possibilitam escolhas, avaliação e participação na sociedade. Sem isso, sua atuação ficaria restrita ou seria inexistente*".⁵¹

Michael Schudson, no livro *The power of news*, parte da indagação sobre o que faz da notícia um elemento tão importante da consciência pública moderna. No intuito de entender o espaço ocupado pelo jornalismo na cultura contemporânea, o autor propõe analisar o funcionamento do jornalismo tanto como um conjunto de instituições sociais concretas, como também um repertório de práticas literárias moldadas historicamente. Segundo Schudson, torna-se fundamental ver também como estas instituições e práticas relacionam-se com a democracia política.⁵²

O ponto central na argumentação de Schudson é o reconhecimento da notícia como uma forma (ou produto) cultural. "*Isso equivale a dizer que a notícia está relacionada, mas não é o mesmo, que ideologia; está*

⁵¹ Isabel Travancas, *O mundo dos jornalistas*, São Paulo, Ed.Summus, 1993, p.107.

relacionada, mas não é o mesmo, que informação; e é potencialmente, mas apenas indiretamente, uma força social". Na acepção do autor, a notícia é um produto cultural, e não uma ação política. A natureza da relação entre a notícia e a ação política de leitores e espectadores ou mesmo a continuidade da ação de governantes é muito pouco clara, escreve Schudson. Para ele, a notícia equivale a uma forma de cultura denominada "conhecimento público", ou um "moderno e onipresente tipo de saber compartilhado".⁵³

A produção da notícia estaria condicionada não só às particularidades da instituição onde o jornalista trabalha, mas também a tradições culturais que informam o fazer jornalístico. *"Essas tradições dizem respeito, entre outras coisas, a como saber o que é interessante ou fora do comum, como validar uma reivindicação, como demonstrar sua própria legitimidade autoral, como escrever um lead atraente, como ganhar um prêmio jornalístico e como construir uma notícia na forma de um aceitável conto moral. As tradições culturais, em geral não mencionadas e tomadas como instintivas ("um faro para a notícia"), ou adquiridas somente pela longa experiência profissional, são as bases literárias, intelectuais e culturais sobre as quais as notícias são produzidas".*⁵⁴

A notícia, portanto, é produzida por pessoas que operam, frequentemente de forma inconsciente, dentro de um sistema cultural, um reservatório de significados culturais e modelos de discurso. "A notícia não é ficcional", escreve o autor, "mas é convencional". E são as convenções que tornam as mensagens legíveis. A notícia, entendida como uma forma de cultura, incorpora noções sobre o que importa, o que faz sentido, sobre o tempo e o lugar onde vivemos e sobre que tipo de considerações devemos levar a sério. Assim, a compreensão da notícia como um produto cultural requer perguntar que categorias de pessoas contam como o "quem", que tipo de acontecimentos são tomados como

⁵² Michael Schudson, *The power of news*, Cambridge/Massachusetts/EUA - Londres/Inglaterra, Harvard University Press, 1995, p.2.

⁵³ *Ibid.*, p.3.

⁵⁴ *Ibid.*, p.13.

fatos jornalísticos ou "o que", que geografia e noção de tempo inscrevem-se como o "onde" e o "quando", e o que vale como explicação para o "por que" da notícia.⁵⁵

"A mídia causa alguma coisa?", indaga Schudson. "A notícia é parte do *background* através do qual e com o qual as pessoas pensam", responde. Segundo Schudson, os meios de comunicação de massa participam com uma grande carga simbólica na conformação da identidade urbana e regional. "*Eles ajudam a estabelecer na imaginação das pessoas uma entidade psicologicamente potente - uma "comunidade" - impossível de ser localizada no mundo concreto. A notícia, neste sentido, é mais a garantia de pressupostos compartilhados do que o fornecedor de mensagens conscientes*".⁵⁶

Benedict Anderson, em sua formulação do conceito de "comunidade imaginada", valoriza a atuação da imprensa como um dos elementos que possibilitam tal imaginação. A peculiaridade da imprensa estaria no fato de que, ao ler diariamente os eventos que compõem o tempo linear do cotidiano, ela produz um tempo simultâneo (a noção de que vários acontecimentos se desenrolam ao mesmo tempo em um espaço comum), que provoca a noção de comunidade.

Neste ponto, Benedict Anderson demarca algumas questões importantes para o nosso trabalho. Segundo o autor, a arbitrariedade da seleção e justaposição de fatos nas páginas do jornal revela o grau de ficção que existe em sua composição, e logo, que a relação entre os eventos é uma relação *imaginada*. A noção de uma relação entre fatos na verdade diversos derivaria de duas circunstâncias. Primeiro, o efeito causado pela data no alto do jornal, que atua como um emblema.⁵⁷ Neste sentido, o jornal tornou-se um elemento indispensável de nossas vidas, preenchendo um importante papel na marcação do tempo social.⁵⁸

⁵⁵ Michael Schudson, *The power of news*, op.cit., pp.14 e 55.

⁵⁶ *Ibid.*, p.15.

⁵⁷ Benedict Anderson, *Imagined communities: reflexions on the origin and spread of nationalism*, London, Verso Ed., 1985, pp.33-6.

⁵⁸ De acordo com outro autor, Richard Terdiman, os jornais tiveram uma parte tão central no discurso que organizou a vida social desde o século XIX, que o próprio nome - diário (em inglês, "daily"; em francês, "quotidien") - reapareceu como a noção através da qual os teóricos da cultura têm tentado captar o complexo de práticas que nos circundam e emolduram nossa vida: o cotidiano. Ver em Richard Terdiman, *Discours and counter-discours*, Cornell, Cornell University Press, 1985, pp.119-120.

Segundo, a sua relação com o mercado. A possibilidade técnica da impressão em larga escala (“a tecnologia do capitalismo editorial”, como escreve Anderson) expandiu continuamente o universo de leitores. Observando réplicas idênticas de seu jornal sendo consumidas nas ruas, na vizinhança, etc, o leitor é continuamente convencido de que o mundo imaginado está visivelmente enraizado na vida cotidiana.⁵⁹ Em resumo, em sua produção diária, a imprensa faz imaginar tempos e espaços comuns, percepção esta essencial à noção de comunidade imaginária.

De volta à relação entre sensacionalismo e populismo na imprensa carioca da década de 1950:

Do ponto de vista teórico-metodológico, podemos resumir nossa abordagem da seguinte forma: tomamos o texto jornalístico como um acontecimento, um ato de fala em resposta a determinadas circunstâncias. Enquanto tal, o texto jornalístico participa da formação do entendimento que os homens têm do seu presente, o que inclui a percepção de fazerem parte de uma determinada comunidade. Compreender como a prática jornalística constrói esta inteligibilidade requer investigar a historicidade da sua produção e a intencionalidade da sua escrita.

No contexto histórico visado por este trabalho, investiga-se uma determinada produção jornalística, marcada pela interseção entre a linguagem sensacionalista e a linguagem populista. Tais linguagens devem ser compreendidas como fenômenos históricos. Recuperar as circunstâncias de sua existência contribui para o entendimento daquele contexto.

Mais do que nos lugares onde o pensamento aparece formalizado, no discurso jornalístico afloram a emoção, a imaginação, o preconceito, os postulados implícitos, as representações coletivas e as categorias cognitivas.

⁵⁹ Benedict Anderson, op.cit., p.35.

O discurso jornalístico revela a aventura interpretativa vivenciada por seus profissionais. Movimentando-se entre o tempo longo da história e o tempo curto do cotidiano, entre o desejo de ordenação da experiência e a desordem da realidade, os jornalistas produzem uma leitura ambígua do seu próprio presente. A escrita jornalística é uma escritura do presente e também no presente, sofrendo portanto influências imprevistas. Vista como uma comunidade argumentativa, a imprensa revela uma atualidade conflituosa, porque múltipla.

A imprensa não pode ser pensada como entidade abstrata, mas sim como um espaço em que os homens experimentam a realidade, formulando múltiplas interpretações a seu respeito. Daí o valor do discurso jornalístico enquanto *lugar de memória*⁶⁰ de uma sociedade, uma espécie de presentificação do passado, onde podemos acessar a pluralidade dos embates e das contradições constituintes de uma época. Daí também a possibilidade de olhar para esse discurso como *cena textual*⁶¹, onde se distribui um material semântico e onde se efetua um certo número de operações retóricas. Isso nos permite relativizar, em certa medida, os diferentes posicionamentos político-ideológicos e fazer aparecer um jogo de formas e sentidos, ou "jogos linguísticos", que seguindo-se a formulação de Pocock, constitui a especificidade deste discurso da imprensa.

1.2. Sensacional? Popular? Populista? - Revendo conceitos e abordagens

Pensada inicialmente como uma análise da bibliografia sobre a imprensa sensacionalista e/ou de sua relação com a política populista, a presente seção acabou ampliando sua tarefa, à medida em que tentou incorporar o questionamento acerca dos próprios conceitos com os quais operamos. Daí as interrogações do título. "Sensacionalismo", "popular" e

⁶⁰ Pierre Nora, *Les lieux de mémoire*, Paris, Gallimard, 1984.

⁶¹ Eric Walter, *La presse picarde, mémoire de la république*, Amiens, Centre de Recherche Sociologique d'Amiens, 1983.

"populismo" são termos que trazem consigo uma série de idéias e valores, atribuídos ao longo dos tempos pelos analistas e mesmo pelo senso-comum. Ao propormos a investigação acerca da experiência de jornais de perfil sensacionalista, controlados por lideranças populistas, no Rio de Janeiro do início da década de 1950, esbarramos no perigo de estarmos assentando nossa proposição sob palavras de significado múltiplo e difuso.

Como bem escreveu Jesús Martin-Barbero, *"há conceitos tão carregados de opacidade e ambiguidade que só a sua historicização pode permitir-nos saber de que estamos falando mais além do que supomos estar dizendo. (...) Historicizar os termos em que se formulam os debates já é uma forma de acesso aos combates, aos conflitos e lutas que atravessam os discursos e as coisas."*⁶² Historicizar os termos, buscando os significados e as intenções com que são usados, mostrou-se o caminho para um uso mais consciente das palavras.

Assim, à medida que avançamos em nossa discussão, percebemos que era preciso rever a bibliografia que se aproximava do nosso tema, situando o lugar de partida das diferentes análises e tentando perceber os significados dados aos conceitos com os quais trabalham. Percebemos também que significados igualmente difusos integravam o discurso de nossos próprios personagens, nossos objetos de estudo. Os jornais por nós estudados - *O Dia*, *Última Hora* e *Luta Democrática* - veiculam concepções sobre o que seja sensacionalismo, popular e populismo, ainda que nem sempre citando os termos.

A análise das concepções sobre o sensacionalismo, o popular e o populismo que aparecem nos jornais estudados está integrada à investigação sobre a experiência histórica destes veículos, realizada no terceiro capítulo. O texto que agora apresentamos efetua uma revisão bibliográfica, onde tentamos iniciar uma discussão sobre esses mesmos conceitos, explicitar as abordagens correntes e demarcar o nosso modo de operar.

⁶² Jesús Martin Barbero, *Dos meio às mediações*, Rio de Janeiro, Ed.UFRJ, 1997, p. 21.

Analisando a bibliografia existente, notamos que a relação entre imprensa sensacionalista e populismo no Brasil ainda não foi objeto de análises específicas, esta relação tendo sido apenas tangenciada por trabalhos que enfatizam ora o sensacionalismo, ora a atuação política dos jornais. Em geral, nas análises realizadas por jornalistas ou estudiosos da comunicação explora-se pouco o contexto histórico da produção jornalística. Já para os historiadores da imprensa, falta-lhes o empenho suficiente para aprofundar a reflexão acerca deste estilo específico de jornalismo que é o sensacionalismo. Para ambos os grupos, há que se lembrar a afirmação de que "*style is the trace of context in the text*".⁶³ Isto é, não só o conteúdo do texto jornalístico, mas também o seu estilo – e o sensacionalista não foge à regra – é revelador de um determinado universo por onde transitam seus produtores e leitores.

Nossa intenção, então, é a de aprofundar o entrelaçamento dessas duas questões, o sensacionalismo e o populismo, no contexto da imprensa carioca na década de 1950. A caracterização de uma imprensa dita *popular* e de sua atuação como intermediário político entre as lideranças populistas e o seu eleitorado, assim como as representações aí construídas na especificidade do discurso sensacionalista, são alguns dos pontos a serem explorados. Para tanto, como dissemos, torna-se imprescindível a análise de como este tema foi tangenciado por trabalhos anteriores.

Visões do sensacionalismo na mídia impressa

Em *O desvio nosso de cada dia - a representação do cotidiano num jornal popular*, Antonio Serra analisa **O Dia** durante o ano de 1975, relacionando seu caráter sensacionalista às representações do *popular* ali contidas, tentando apontar as concepções de cidadania veiculadas pelo jornal. Publicado em 1980, embora se proponha a pensar o papel do

⁶³ Teun A. Van Dijk, *News as discourse*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates Inc. Publishers, p.27.

jornal enquanto "*intermediário político*", identificando inclusive suas práticas clientelistas, o trabalho não relaciona este aspecto ao chaguismo, que domina o jornal no período.

Mas Serra levanta aspectos importantes. Primeiro, a caracterização de **O Dia** enquanto um jornal *popular*. Escreve o autor: "*É inegável o caráter "popular" de O Dia: o destaque das matérias trabalhistas, as informações sobre temas que dizem respeito aos interesses dos "menos favorecidos", o próprio material "policial", a linguagem e, finalmente, o registro permanente de reclamações e reivindicações populares, tudo isto lhe confere, além do público consumidor, uma estreita vinculação com uma parcela ampla da população*".⁶⁴

O caráter popular de **O Dia** é afirmado por Serra através da pauta de assuntos e da linguagem do jornal. A descrição desta pauta e linguagem apontam para um jornal de perfil sensacionalista. Analisando as diferentes seções de **O Dia**, Serra expõe exemplos de representações do *popular* construídas pelo jornal. Conforme o autor, tais imagens estariam condicionadas pela função de intermediário entre o público leitor e as autoridades políticas que **O Dia** se atribui. Desta forma, Serra descreve a atuação do jornal como a de um meio normatizador, que organiza as representações do *popular* sob o eixo ordem/desordem.

Segundo Serra, no jornal os "*trabalhadores e estudantes, crianças e donas de casa*", "*atemorizados e desprotegidos*", são contrapostos aos "*marginais*" [citações retiradas pelo autor do próprio jornal]: "*À honestidade e sobretudo passividade dos primeiros, corresponde a ilegalidade e a violência dos outros, que acabam sendo, neste quadro, os únicos a atuarem por conta própria. É por ser honesta, trabalhadora e paciente que esta população "merece" ser assistida; é por ser delituosa e agressora que estes devem ser reprimidos*".⁶⁵

A função de intermediário político, na visão de Serra, é fortalecida por uma determinada representação que se faz da população, construída sobre a idéia da carência: "Vazia de meios próprios de sobrevivência, de

⁶⁴ Antonio Serra, O desvio nosso de cada dia - a representação do cotidiano num jornal popular, Rio de Janeiro, Achiamé, 1980, p.31.

conforto, proteção, amedrontada, sua marca é a impotência e a ausência de voz própria".⁶⁶ Conforme a interpretação do autor, ao se colocar como intermediário, é apenas aparentemente que o jornal fala aos "responsáveis". Na verdade, seria para os "carentes" que ele estaria devolvendo a imagem de seus problemas, preocupado em fixar a posição de locutor privilegiado. Ao final, o povo permaneceria como carente, as autoridades como onipotentes e o intermediário como o responsável privilegiado pela ligação tênue e espasmódica entre um e outro.⁶⁷

Serra define a atuação do jornal **O Dia** como o exercício da manipulação. Através de um discurso que contrapõe a ordem à desordem, o jornal tentaria exercer uma função normatizadora: *"Diferente, pois, da leitura 'romanesca', que o confirma como sujeito íntimo e privado, a leitura do jornal reproduz seu estatuto de sujeito social e público; mas com a marca da individualidade, isto é, enfatizando o pressuposto de sua cidadania. Ao ler o jornal, ele reencontra 'seu' mundo, rearticula seus valores em relação aos fatos, reproduz enfim o tipo de inserção que lhe é próprio."*⁶⁸

O problema, segundo a análise de Serra, é a que a leitura do mundo oferecida pelo jornal **O Dia** mantém a visão de subalternidade das classes populares: *"Para o leitor de O Dia, a leitura é o reencontro cotidiano de sua condição de excluído, de habitante de um universo marginal, em permanente perigo de desvio. Momento de distanciamento, em que é posto como observador dos fatos, é também um dos momentos de 'se ver' nos crimes, nos riscos, na punição, balanceando sucessivamente o papel de transgressor e inocente. A dramatização dos fatos, estilo cultivado neste jornal, é o que permite tal vivência. Ser o próprio sujeito cúmplice diário de sua sujeição."*⁶⁹

Ao não historicizar, isto é, ao não levar em conta o contexto da produção do jornal em questão, Serra acaba por construir uma interpretação simplificadora do caráter e possíveis intenções daquele

⁶⁵ Antonio Serra, op.cit., p.34.

⁶⁶ Ibid., p.32.

⁶⁷ Ibid., p.34

⁶⁸ Ibid., p.25.

discurso. A noção de manipulação, o eixo ordem/desordem sobre o qual se assentaria tal discurso e a visão passiva do público leitor são absolutas na análise de Serra, não deixando espaço para as variáveis que compõe a realidade, sempre mais complexa do que a perspectiva apresentada pelo autor.

Serra não incorpora à sua análise, por exemplo, as possíveis formas de interferência dos leitores na produção do jornal. Seja por interferência direta (como na forma de cartas dos leitores), seja por força da necessidade dos próprios produtores de estabelecerem uma identificação do público com o jornal, o que existe entre as partes é antes uma relação de comunicação, portanto de troca, e não de imposição. Além disso, ao discutir o caráter ideológico daquele discurso jornalístico, Serra usa as noções de manipulação e normatização como sinônimos, perdendo a visão de suas diferenças. A normatização, isto é, a criação de parâmetros para a organização de determinada realidade (ou no caso, para a organização de determinada leitura da realidade), não corresponde ao mascaramento desta realidade, como fica implícito na idéia de manipulação.

Também o trabalho de Marcelo Archanjo, *Se torcer sai sangue: uma análise das representações sobre religiosidade afro-brasileira no jornal O Dia*, que analisa o veículo na década de 1950, chama a atenção para a forma diferenciada como as representações do *popular* aparecem no jornal. No caso específico de seu trabalho, é observado que as referências aos cultos religiosos afro-brasileiros (umbanda, candomblé e outros) e aos seus praticantes são valoradas positiva ou negativamente, dependendo do lugar de sua inserção no jornal.⁷⁰

Assim, se por um lado tais cultos são valorizados na coluna do deputado Átila Nunes, como formas religiosas que devem ser respeitadas, já o noticiário sensacionalista trará recorrentes menções pejorativas aos "macumbeiros", construindo generalizações que desvalorizam no todo as

⁶⁹ Antonio Serra, op.cit., p.26.

⁷⁰ Marcelo Archanjo, *Se torcer sai sangue: uma análise das representações sobre religiosidade afro-brasileira no jornal O Dia*, Rio de Janeiro, Depto. de Sociologia/IFCS/UFRJ, 1997 (dissertação de mestrado).

práticas religiosas afro-brasileiras. As conclusões de Archanjo aproximam-se da observação de Serra, segundo a qual o noticiário de **O Dia** mantém uma visão subalterna das classes populares, ainda que coexistindo com a sua valorização em outros espaços do jornal. O trabalho de Archanjo, portanto, demarca a ambiguidade existente no discurso do jornal.

Um ponto importante levantado por Serra é a questão da dramatização do cotidiano na narrativa sensacionalista. Conforme o autor, as formas de representação do *popular* na imprensa sensacionalista são construídas dentro de uma narrativa que dramatiza o cotidiano. Diferente da objetividade buscada pelos chamados "jornais sérios", a característica dos jornais sensacionalistas seria o enquadramento dramático (trágico ou cômico) dado à notícia, o que provocaria um envolvimento emocional do leitor, na medida em que estimularia a parcialidade frente aos fatos, sendo a marca evidente deste discurso jornalístico específico o seu conteúdo moralizador.

Segundo Serra, "*o público de O Dia tem escassa escolarização e participa pouco das práticas culturais que têm na escola seu eixo de significação. Daí porque o sistema de dominação precisa encontrar outras vias pelas quais se impor, combinando a pura repressão com formas alternativas de identificação com o dominante, entre as quais sobressai o discurso moralizador.*"⁷¹

Reunindo casos extraordinários, noticiário regional, escândalos, conselhos e crimes, os jornais sensacionalistas operam a "transformação dos elementos vivenciais e culturais de origem popular em espetáculo".⁷² A cultura popular - que Serra descreve como um discurso fragmentado e disperso em uma variada produção - oferece um manancial de onde "*os meios de comunicação recolhem material para, numa organização própria do código dominante, obter a vinculação deste público a seus produtos*".⁷³

Na interpretação de Serra, o público de **O Dia** ocuparia um lugar passivo enquanto leitor do jornal. Segundo o autor, expropriado como

⁷¹ Antonio Serra, op.cit., p.36-7.

⁷² Antonio Serra, op.cit., p.37.

⁷³ Idem.

produtor, o leitor de **O Dia** aparece como personagem de uma história que lhe chega pronta para o consumo. Assim, embora **O Dia** efetue o reconhecimento e a legitimação do universo *popular*, a ele identificando o seu leitor, isto seria feito em favor da cultura e instituições dominantes. Contudo, em sua conclusão, Serra abre espaço para uma fissura na leitura onipotente e homogênea que faz do discurso jornalístico: "*Recalcando sempre os discursos, o simbólico e as práticas que abririam focos divergentes de identificação, tais meios se iludem, contudo, ao pensar que são eles a única produção de vida e cultura existentes*".⁷⁴

Como veremos adiante neste texto, as análises de Néstor Garcia Canclini e Jesús Martin-Barbero sobre a cultura popular e sua relação com a "alta" cultura e a indústria cultural constroem um quadro mais complexo para as questões levantadas por Antônio Serra. Enquanto Serra, por exemplo, vê na narrativa dramatizada da imprensa sensacionalista um artifício da manipulação de grupos dominantes, Canclini e Barbero vêem esta característica como uma herança cultural dos grupos populares. Os produtos e as práticas da cultura popular representariam, justamente, dramatizações dinâmicas da experiência coletiva, constituindo, portanto, formas de auto-reconhecimento. O sensacionalismo apontaria, desta forma, para a questão dos rastros deixados no discurso da imprensa por uma outra matriz cultural.

Em *Espreme que sai sangue - um estudo do sensacionalismo na imprensa*, Danilo Angrimani faz uma análise do jornal **Notícias Populares**, observado em 1975 e em 1990.⁷⁵ Publicado em 1995, o trabalho de Angrimani chama a atenção para a necessidade de se definir melhor o sensacionalismo. Usado de forma abrangente e pejorativa, seu uso indiscriminado teria levado à imprecisão. Além de recuperar a origem histórica deste tipo de imprensa, Angrimani reúne algumas definições construídas por pesquisadores da comunicação, incorporando-as à sua análise.

⁷⁴ Ibid., p.85.

⁷⁵ Danilo Angrimani, *Espreme que sai sangue - um estudo do sensacionalismo na imprensa*, São Paulo, Summus, 1994.

Cabe destacar alguns aspectos destas definições. O trabalho de Rosa Nívea Pedroso, *A produção do discurso de informação num jornal sensacionalista*, de 1983, analisa o jornal **Luta**⁷⁶ em 1981 e inicia a caracterização do sensacionalismo pela "intensificação e exagero gráfico, temático, linguístico e semântico" presentes neste tipo de discurso jornalístico. A autora define ainda o sensacionalismo por sua "adequação discursiva ao status semiótico das classes subalternas", por pertencer ao "segmento popular" da imprensa "empresarial-capitalista" e pelo "escamoteamento da questão popular, apesar do pretense engajamento com o universo social marginal".⁷⁷

Na mesma linha de argumentação, Ciro Marcondes Filho, no livro *O Capital da Notícia*, de 1986, caracteriza o sensacionalismo como "o grau mais radical da mercantilização da informação". Um tipo de jornalismo que se prestaria "básica e fundamentalmente a satisfazer as necessidades instintivas do público", servindo "mais para desviar o público de sua realidade imediata do que para voltar-se a ela".⁷⁸

As definições de Pedroso e Marcondes Filho convergem para alguns pontos comuns, reafirmados por Angrimani: "*Sensacionalismo é a produção de noticiário que extrapola o real, que superdimensiona o fato. Em casos mais específicos, inexistente a relação com qualquer fato e a 'notícia' é elaborada como mero exercício ficcional. O termo 'sensacionalista' é pejorativo e convoca a uma visão negativa do meio que o tenha adotado. Um noticiário sensacionalista tem credibilidade discutível. A inadequação entre manchete e texto - ou ainda, manchete e foto; texto e foto - é outra característica da publicação sensacionalista, o que pode reforçar a posição de descrédito do leitor perante o veículo. Isto porque a manchete, dentro da estratégia de venda de uma publicação que adotou o gênero sensacionalista, adquire uma importância acentuada. A*

⁷⁶ Não confundir com o jornal Luta Democrática, como veremos a seguir no capítulo 2 (p.74).

⁷⁷ Rosa Nívea Pedroso, *A produção do discurso de informação num jornal sensacionalista*, Rio de Janeiro, ECA/UFRJ, 1983 (dissertação de mestrado). Citado também em Danilo Angrimani, op.cit., p.15. Cabe destacar que, em sua análise, Rosa Pedroso opõe o jornalismo sensacionalista do jornal Luta à imprensa alternativa (em especial os jornais comunitários), cuja atuação era ainda significativa no início da década de 1980. Para a autora, apenas os jornais alternativos estariam realmente identificados à questão popular.

⁷⁸ Citado em Danilo Angrimani, op.cit., p.15.

manchete deve provocar comoção, chocar, despertar a carga pulsional dos leitores."⁷⁹

Ancorado na teoria freudiana, Angrimani vê no discurso sensacionalista uma função catártica: "*É na exploração das perversões, fantasias, na descarga de recalques e instintos sádicos que o sensacionalismo se instala e mexe com as pessoas*".⁸⁰ Segundo Angrimani, a imprensa sensacionalista trabalha com elementos atemporais e que teriam suas raízes na cultura popular. É neste sentido que ele dedica um capítulo ao *fait divers*, "componente indissociável da imprensa sensacionalista".⁸¹

Angrimani lembra que os *faits divers* eram relatados em canções por trovadores populares, durante a Idade Média, antes de se tornarem objeto dos *occasionnels* e, posteriormente, dos *canards*. Conforme o autor, o sensacionalismo vai buscar no insólito e na extravagância do *fait divers* o ingrediente preponderante da manchete de capa. Angrimani cita o trabalho de Alain Monestier sobre o *fait divers*, em que o autor francês aponta para a estabilidade deste gênero narrativo: "Por trás de sua aparente variedade, um número limitado de temas é incansavelmente repetido".⁸² Visto como um conjunto de temas que se repetem, o *fait divers* se situaria fora do contexto histórico.

Tais considerações levam Angrimani a fazer a crítica da "abordagem meramente sociológica (ou semiótica)": "*A abordagem meramente sociológica (ou semiótica) consegue explicar como é feita a produção, seleção e edição de um veículo sensacionalista; responde-se a questões de forma, ideologia e mercantilização. Mas não se avança no fundamento, naquilo que é a essência mesma do sensacionalismo: a carga pulsional*".⁸³

Angrimani passa então à análise da linguagem sensacionalista, onde os clichês e os estereótipos seriam os elementos primordiais: "Os

⁷⁹ Danilo Angrimani, op.cit., p.16.

⁸⁰ Ibid., p.17.

⁸¹ Ibid., p.25.

⁸² Alain Monestier, *Fait divers*, Paris, Musée National des Arts et Traditions Populaires, 1982.

Citado em Danilo Angrimani, op.cit., p.28.

⁸³ Danilo Angrimani, op.cit., p.31.

*mídia, quando querem ser sensacionalistas, não podem atuar de forma s3gnica. A linguagem editorial sensacionalista 3 a do clich3. O sensacionalismo n3o admite distanciamento, neutralidade, mas busca o envolvimento (...) 3 preciso chocar o p3blico. Fazer com que as pessoas se entreguem 3s emo33es e vivam com os personagens."*⁸⁴

O autor faz um estudo quanto 3 recep33o do jornal em 1990. A partir de 60 entrevistas com leitores do jornal **Not3cias Populares**, Angrimani faz o registro da rela33o entre o p3blico e o ve3culo e conclui que para muitos leitores a credibilidade da informa33o veiculada pelo jornal est3 em segundo plano: "A narrativa tem predomin3ncia sobre a veracidade".⁸⁵

Na an3lise de Angrimani sobre o sensacionalismo na imprensa sobressai a preocupa33o quanto 3 veracidade e credibilidade daquele discurso. Assim como Pedroso e Marcondes Filho, autores por ele citados, Angrimani demarca a fun33o alienadora da realidade deste tipo de imprensa, que manipularia os fatos, "extrapolando o real".

Citando Roger Chartier, em nossa cr3tica 3 perspectiva de Angrimani repetimos que o real n3o 3 (ou n3o 3 apenas) a realidade visada pelo texto, mas a pr3pria maneira como ele a cria.⁸⁶ A quest3o para n3s, portanto, 3 pensar que elementos comp3em a rela33o entre a imprensa sensacionalista e seu p3blico. Seria a veracidade dos fatos um fator determinante? O "exagero" que marca a narrativa sensacionalista n3o teria tamb3m sua legitimidade enquanto uma vis3o - ou constru33o - poss3vel dos fatos?

Populismo e imprensa

3 importante chamar a aten33o para o fato de que no per3odo analisado por Angrimani - 1975 e 1990 - o **Not3cias Populares** n3o

⁸⁴ Ibid., pp.39-40.

⁸⁵ Ibid., p.98.

⁸⁶ Roger Chartier, op.cit., p.63.

possuía mais a vinculação política que havia determinado sua criação. A origem política do jornal foi tema do livro de Gisela Goldenstein, *Do jornalismo político à indústria cultural*, publicado em 1987. Assim, o jornal analisado por Angrimani não trazia mais a motivação política explícita de sua produção nos primeiros tempos, quando foi fundado por Herbert Levy, da UDN, para combater o getulismo da edição paulista da **Última Hora**.

Angrimani cita o trabalho de Goldenstein apenas como uma recuperação do passado do jornal, mas sem problematizá-lo. Nos dois momentos estudados pelo autor, o **Notícias Populares** era fundamentalmente um veículo sensacionalista, e é o caráter "psicossocial" desta produção que Angrimani está interessado em discutir, pois é ali que ele identifica sua potência: "O que se pode dizer é que o sensacionalismo, apesar das mudanças de costumes, valores e ideologias, que ocorreram ao longo dos anos, tem conseguido garantir seu lugar entre os veículos de informação".⁸⁷

Enquanto a abordagem de Angrimani enfatiza o caráter atemporal e psicológico do sensacionalismo, que explicaria sua permanência, Goldenstein trabalha justamente a historicização da experiência de dois jornais, o **Última Hora** e o **Notícias Populares**. Embora não se dedique a fazer uma análise mais detalhada do conteúdo destes veículos, Gisela Goldenstein relaciona seus perfis editoriais ao contexto político em que foram criados, apontando a funcionalidade daquele tipo de imprensa (popular, sensacionalista) como instrumento político nas mãos de determinados grupos.

Diferente dos trabalhos citados anteriormente, Goldenstein relaciona a estrutura de tais veículos ao lugar por eles ocupados na sociedade brasileira. No período estudado pela autora, as décadas de 1950 e 1960, os jornais **Última Hora** e **Notícias Populares** são representativos de uma imprensa que faz a passagem do jornalismo político àquele organizado sob as regras da indústria cultural.

A análise de Goldenstein está centrada em dois eixos, talvez as duas faces de um mesmo problema, trazendo indagações importantes

⁸⁷ Danilo Angrimani, op.cit., p.151.

para o nosso trabalho. O primeiro deles indaga sobre a lógica pela qual se regeram os dois jornais, o que significa investigar a natureza da relação entre a empresa e a mensagem que ela veicula. "*Em outras palavras*", explica Goldenstein, "*a mensagem foi um produto submetido à lógica da empresa ou foi o pressuposto em torno do qual se articularam os demais componentes do jornal?*".⁸⁸ Para responder a essa indagação é que se formula o segundo eixo da análise, que reconstitui a configuração social em meio à qual surgiram tais veículos.

"*A história dos jornais Última Hora e Notícias Populares liga-se ao que já se disse ser o drama de toda a burguesia: a incorporação política das classes populares*".⁸⁹ É assim que Goldenstein abre seu primeiro capítulo, sob o título *Liberais e populistas*. O uso que a autora faz do conceito de *populismo* segue as formulações de Francisco Weffort em seu livro *O populismo na política brasileira*, publicado em 1978.

A formulação que Goldenstein absorve de Weffort aponta para uma experiência histórica específica: as práticas de incorporação política das classes populares iniciadas, segundo a autora, pelo Estado brasileiro a partir de 1930. Confundindo corporativismo e populismo, Goldenstein atribui, erroneamente a nosso ver, a esse Estado iniciado em 1930 muitos traços que apenas no segundo pós-guerra encontrarão condições efetivas para se desenvolver.

O Estado populista, continua Goldenstein, é "*um Estado que recorria às classes populares, então politicamente desarticuladas, como fonte de legitimidade. Para tanto, usava-as como objeto de manipulação, mas tinha também de atender, ao menos em parte, a interesses delas. Começou, assim, a promover, lentamente e de modo subordinado, a incorporação política das classes populares*".⁹⁰

Cabe ressaltar aqui que a periodização acerca da experiência populista no Brasil já foi alvo de inúmeras controvérsias. A concepção de um "Estado populista" desde 1930, tal como apresentada por

⁸⁸ Gisela Goldenstein, *Do jornalismo político à indústria cultural*, São Paulo, Summus, 1987, p.31.

⁸⁹ *Ibid.*, p.35.

⁹⁰ Gisela Goldenstein, *op.cit.*, p.36.

Goldenstein⁹¹, faz parte de um conjunto de análises que caracterizam o populismo brasileiro como um todo indiferenciado cujos marcos cronológicos situam-se entre 1930 e 1964. Discordamos do enfoque. Parece-nos mais adequada uma interpretação que veja nas décadas de 1920 e 1930 as origens de práticas populistas, expressas na atuação de determinados líderes políticos (como por exemplo Pedro Ernesto), mas sem ainda poder caracterizar qualquer existência de Estados ou governos populistas, o que só aconteceria a partir do retorno de um “novo” Vargas ao poder em 1951, numa “nova” sociedade.

Da mesma forma, parece-nos importante distinguir a atuação de Vargas segundo os dois momentos. Durante o Estado Novo tratou-se por um lado da construção de uma cultura política que começava a articular o reconhecimento de demandas sociais das classes populares à afirmação do papel central do Estado no equacionamento dos problemas nacionais. Tal cultura política terá continuidade sob o governo Vargas pós-1950. Por outro lado, vigorava ainda o autoritarismo, onde, a despeito de todo o empreendimento propagandístico do Estado Novo, no sentido da afirmação de seu apoio por contingentes crescentes da população urbana, o poder permanecia em grande medida resguardado pela ausência dos direitos políticos e da competição partidária e marcado pelos métodos de repressão às manifestações de oposição. Ao contrário, a marca do Estado pós-1950 é outra. Nesse momento de disputa político-partidária aberta e renovada, a interpelação às massas objetiva construir, em contrapartida, o agora necessário apoio popular expresso pelo voto.

A partir de 1945, com o fim do Estado Novo e a redemocratização do País, a oposição liberal contra o getulismo organizou-se partidariamente, principalmente (mas não exclusivamente) sob a União Democrática Nacional (UDN). O embate entre estas duas tendências opostas - o getulismo e o liberalismo anti-getulista - foi o que deu origem aos dois jornais estudados por Goldenstein: *"as formas pelas quais o populismo promoveu a incorporação subordinada das classes populares*

⁹¹Escreve Goldenstein (p.35-6): “A partir de 1930, o panorama sofreu mudanças substanciais. O Estado que então se constituiu, sob a égide do populismo, era fruto da incapacidade de qualquer dos grupos que ascenderam com a Revolução de 30 de substituir a oligarquia em crise e assumir o

urbanas ao jogo político incluíram, no momento do retorno de Getúlio à presidência em 1950, a criação de um órgão de imprensa especialmente dirigido a elas e as seus possíveis líderes: **Última Hora**. Nos primeiros anos de vida deste jornal já se explicita a polarização a que aludimos acima, que chegaria a termo nos anos 1960, e no bojo do qual surgiria a tentativa de fazer **Notícias Populares** como seu pretense antídoto".⁹²

Ao recuperar o contexto do surgimento do **Notícias Populares**, Goldenstein levanta uma questão importante: a concepção de *jornal popular* que inspirou seus criadores. Conforme demonstra a entrevista que lhe foi concedida por Luiz Fernando Levy, um dos fundadores do jornal e filho do então presidente da UDN, Herbert Levy, havia uma concepção de *jornal popular*, que implicava necessariamente em sensacionalismo. Explicando o surgimento da idéia de fazer o jornal, Luiz Fernando Levy diz:

"(...) nós verificamos que um dos instrumentos de ação perigosos, porque pegava uma população completamente desprevenida e desorientada no sentido da formação da opinião, era a *Última Hora*, que em São Paulo tinha cerca de uns duzentos mil jornais de tiragem e que, ao lado da alimentação, vamos dizer, que davam para o povo - que era sexo, crimes, sindicatos - jogavam idéias, distorciam fatos, enfim, dirigiam a opinião (...). E nós, em contrapartida, não tínhamos acesso ao populismo, (...) porque nós não tínhamos aquilo que eles queriam beber, que era um jornal popular".⁹³

Goldenstein estabelece em seu trabalho a relação entre jornal popular, sensacionalismo e populismo que pretendemos explorar em nossa investigação. O jornal popular aparece como instrumento político nas mãos de grupos políticos, em seu objetivo de ganhar o apoio das classes populares. O sensacionalismo surge como o caminho mais eficaz para o estabelecimento deste contato. Mas, no contexto em questão, a fórmula do sensacionalismo evolui para "*sexo, crimes, sindicatos*", como

poder em nome do conjunto deles. Era um Estado de compromisso entre todos esses grupos (...) e ao mesmo tempo era um Estado burguês".

⁹² Gisela Goldenstein, op.cit., p.38.

⁹³ Gisela Goldenstein, op.cit., p.38. Grifo meu.

diz um dos criadores do **Notícias Populares**. Sinal de que as questões relacionadas à política populista e à inclusão política das classes populares passa a integrar a pauta de assuntos do jornal.

Uma vez revelada a concepção de jornal popular como jornal de escândalos que pauta a produção de **Última Hora** e **Notícias Populares**, Goldenstein passa às formas como o *popular* é tratado nestes veículos. Segundo a autora, "*o próprio uso da palavra povo, tão ao gosto da retórica populista da época, com sua imprecisão evidente, mostra a possibilidade de Última Hora ser porta-voz não exclusivo dos trabalhadores*".⁹⁴ Quanto ao **Notícias Populares**, Goldenstein chama a atenção para a "concepção aristocrática", "*perigosamente próxima da idéia de que o povo não está habituado a pensar e nem tem interesse nisto*".⁹⁵

"Assim", conclui a autora, "**Última Hora** e **Notícias Populares** expressam concepções diferentes em termos de jornal popular, embora a forma assumida pela mensagem nos primeiros números de **Notícias Populares** possa dificultar um pouco a percepção desta diferença, ainda mais tendo-se em vista que um procurou, na medida do possível, imitar o outro. Em ambos, as classes populares são vistas de cima. Mas uma tenta incorporá-las sob controle e outra tenta tirá-las do caminho".⁹⁶

Sobre o trabalho de Gisela Goldenstein resta dizer que o sensacionalismo, embora citado, não é o interesse central da análise. Sua principal preocupação é demonstrar a particularidade desta imprensa, e do uso político de que dela é feito, na fase em que o jornalismo brasileiro faz a passagem gradual de um feitio exclusivamente político, para outro já sob as regras da indústria cultural. Assim, a autora conclui que "a sedução da retórica populista combinou-se com a sedução das técnicas da indústria cultural", o que explicaria a bem-sucedida penetração popular dos jornais **Última Hora** e **Notícias Populares** em São Paulo, no período estudado.⁹⁷

⁹⁴ Ibid., p.45.

⁹⁵ Gisela Goldenstein, op.cit., p.83.

⁹⁶ Ibid., p.94

⁹⁷ Ibid., p.47.

Publicada em 1981, a coletânea *Populismo e Comunicação*, coordenada por José Marques de Melo, reuniu diferentes trabalhos em torno da discussão sobre a experiência populista e o uso político dos meios de comunicação.⁹⁸ Também nesta coletânea, sobressai o uso abrangente do conceito de populismo, expresso em abordagens que vão da década de 1930 à década de 1970. A revisão conceitual empreendida por alguns autores, no entanto, alertava para questões importantes sobre o uso do termo *populismo*. Maria Lígia Prado e Maria Helena Capelato, em seus respectivos textos, por exemplo, chamaram a atenção para o fato de que o conceito de populismo pretendeu dar conta de realidades históricas diversas. Ambas as autoras defenderam então a importância de se trabalhar com "um conceito específico, historicamente determinado" de populismo.⁹⁹

Já Guita Grim Debert e Jeanne Marie Interlandi discutiram em seus textos a permanência da associação da idéia de manipulação ao conceito de populismo. "*Mesmo quando os autores concordam que seria um equívoco tratar as massas populares como absolutamente 'manipuláveis'*", comenta Guita Grim Debert, "*nas análises a ênfase quase nunca é colocada no que o chamado período populista poderia ter significado em termos de abertura de um espaço para a participação popular, e os elementos de satisfação dos interesses reais destas camadas naquela conjuntura são subestimados*".¹⁰⁰

Ainda na mesma coletânea, Maria Helena Capelato comentou os trabalhos de Gisela Goldenstein (já citado aqui) e de Antonio Theodoro de Barros, *Última Hora e a renovação da imprensa brasileira*, ao tratar da experiência populista na imprensa brasileira. Recuperando a trajetória histórica dos jornais **Última Hora** e **Notícias Populares**, Capelato destacou a necessidade de se estabelecer a diferença entre *jornal populista* e *jornal popular*.

⁹⁸ José Marques de Melo (coord.), *Populismo e comunicação*, São Paulo, Cortez, 1981, p.13.

⁹⁹ José Marques de Melo (coord.), *Populismo e comunicação*, op.cit., p.117.

¹⁰⁰ Ibid., p.54.

No período visado (as décadas de 1950 e 1960) mesmo o **Notícias Populares**, criado para combater o populismo, acabou por exercer, segundo a expressão de Gisela Goldenstein, um "antipopulismo populista". Assim, também o artigo de Capelato apontaria para os limites do caráter "popular" daqueles jornais, impostos por sua instrumentalização política.

Como veremos adiante no segundo capítulo, os jornais **Última Hora**, **O Dia** e a **Luta Democrática** – e poderíamos incluir aí o **Notícias Populares** – representaram um tipo específico de jornalismo popular. Na passagem de um jornalismo de feição marcadamente política para outro de perfil empresarial, estes jornais, organizados nos moldes da nascente indústria cultural, suplantaram os pequenos jornais populares em sua comunicação com o público. A adoção do sensacionalismo, somado a artifícios da comunicação massiva, garantiu a estes jornais uma ampla circulação.

Recentemente, o estudo realizado por Antonio Hohlfeldt e Carolina Buckup sobre a edição gaúcha da **Última Hora**, entre 1960 e 1964, também demarcou a articulação entre o popular e o populismo, mediada pelo sensacionalismo:

“**Última Hora**, quer na edição nacional, quer na edição regional que estudamos, foi simultaneamente popular e populista, nacionalista e escandalosa, buscando concretizar seus objetivos através de um formato capaz de diferenciá-la e notabilizá-la em relação aos demais jornais, procurando, assim, não só o necessário apoio popular quanto de outros segmentos sociais, inclusive das classes dominantes (...)”.¹⁰¹

Lendo Canclini e Barbero: cultura popular, populismo e indústria cultural na América Latina

¹⁰¹ Antonio Hohlfeldt e Carolina Buckup, Última Hora, experiência de nacionalismo popular ou populismo nacionalista?, comunicação apresentada no XI Encontro Anual da COMPOS, no Rio de Janeiro, em junho de 2002, pp.14-15.

Néstor Garcia Canclini e Jesús Martín-Barbero têm dedicado seus estudos à questão da relação entre a cultura popular, a "alta" cultura e a indústria cultural na América Latina. As proposições destes autores têm contribuído para a compreensão da complexidade desta relação e serão comentadas aqui, no intuito de esboçar um caminho mais profícuo para a abordagem de nosso tema.

O *popular*, como dissemos anteriormente, faz parte de um conjunto de conceitos imprecisos, servindo a diferentes usos. É ao mesmo tempo categoria analítica nas mãos dos estudiosos e noção do senso-comum, idéia com a qual lidamos cotidianamente. De um modo ou de outro, o *popular* é uma construção simbólica. Como escreve Canclini, "*o caráter construído do popular é ainda mais claro quando recorremos às estratégias conceituais com que foi sendo formado e a suas relações com as diversas etapas na instauração da hegemonia*".¹⁰² Analisando o quadro latino-americano, Canclini destaca três correntes como protagonistas da construção do *popular*: o folclore, a indústria cultural e o populismo político.¹⁰³

William Rowe e Vivian Schelling, em *Memory and Modernity - Popular Culture in Latin America*, discutem a apropriação feita pelo discurso populista de elementos da cultura popular, no trabalho de construção de uma identidade coletiva, nacional, identidade esta que afirma o *povo* como centro da nação.¹⁰⁴ Nas palavras de Michael Conniff, na introdução ao livro *Latin American populism in comparative perspective*, "*a busca pela cultura popular atendia a uma necessidade existencial de definição do povo, cujo papel na vida nacional expandia-se, e em nome do qual os populistas faziam sua campanha*".¹⁰⁵

Segundo Canclini, à medida em que a indústria cultural começa a se desenvolver na América Latina, também ela participa da construção do

¹⁰² Néstor Garcia Canclini, *Culturas Híbridas*, São Paulo, Edusp, 1998, p.207.

¹⁰³ Ibid., pp.206-7.

¹⁰⁴ William Rowe e Vivian Schelling, *Memory and Modernity - Popular Culture in Latin America*, London/NY, Versus, 1991.

¹⁰⁵ Michael Conniff, "Introduction: Toward a comparative definition of populism" in Michael Conniff (ed.), *Latin American populism in comparative perspective*, Albuquerque, University of New Mexico Press, 1982., p.20.

popular. Enquanto o populismo político utiliza-se da cultura popular a fim de fortalecer sua hegemonia e sua legitimidade, também o mercado tem a necessidade de incluir as estruturas e bens simbólicos tradicionais nos circuitos massivos de comunicação. Isso fez com que as culturas tradicionais se desenvolvessem transformando-se, e a partir do *popular* surgiu o *massivo*, noção que designa o caráter dessa cultura transformada, urbana e organizada sob as regras da indústria cultural.¹⁰⁶

"A cultura de massa não aparece de repente, como uma ruptura que permita seu confronto com a cultura popular.", escreve Jesús Martín-Barbero, "O massivo foi gerado lentamente a partir do popular. Só um enorme estrabismo histórico e um potente etnocentrismo de classe que se nega a nomear o popular como cultura pôde ocultar essa relação, a ponto de não enxergar na cultura de massa senão um processo de vulgarização e decadência da cultura culta".¹⁰⁷

Nos anos 1950, no processo de absorção da cultura popular tradicional pela cultura de massa, "a cultura mudou de profissão e se converteu em espaço estratégico da hegemonia, passando a *mediar*".¹⁰⁸ Gisela Goldenstein, em seu trabalho sobre os jornais **Última Hora** e **Notícias Populares**, destaca a eficácia da aliança entre a sedução da retórica populista e a sedução das modernas técnicas da indústria cultural na constituição de um meio de comunicação que se quer popular, ou seja, que pretende atuar enquanto mediador junto às classes populares. O jornal **Última Hora** seria o melhor exemplo desta combinação.

A observação do jornal **Última Hora** também permite ver como este popular urbano, em grande parte forjado pelo populismo político, é compartilhado por diferentes grupos, não sendo de forma alguma monopólio dos setores populares. **Última Hora** dirigia-se às classes populares mas não exclusivamente a elas. Como afirma Goldenstein, por ser porta-voz de um "arranjo" que supunha um esquema de colaboração entre classes, como foi o populismo, "**Última Hora** deveria ter uma mensagem que expressasse a possibilidade desta colaboração, isto é,

¹⁰⁶ Néstor García Canclini, op.cit., p.215.

¹⁰⁷ Jesús Martín Barbero, Dos meio às mediações, Rio de Janeiro, Ed.UFRJ, 1997, p.169.

¹⁰⁸ Idem.

*deveria ter uma mensagem que escamoteasse um conteúdo nitidamente classista (no sentido de um conteúdo particular a uma determinada classe por oposição a outras). Neste aspecto, as técnicas da indústria cultural, desenvolvidas com vistas à maximização de consumo de seus produtos, e por isso mesmo, tendo por eixo orientador a possibilidade de agradar a um público de composição policlassista poderiam ser adaptadas aos objetivos do jornal".*¹⁰⁹

No movimento de expansão dos conceitos, Canclini afirma que não só o popular urbano é compartilhado por diferentes setores, como também o popular não se encontra concentrado exclusivamente em objetos, mas está igualmente em comportamentos e processos comunicacionais. Nesta perspectiva, *"a arte popular não é uma coleção de objetos, nem a ideologia subalterna um sistema de idéias, nem os costumes repertórios fixos de práticas: todos são dramatizações dinâmicas da experiência coletiva"*.¹¹⁰ No mesmo sentido, os jornais populares aparecem como um lugar significativo desta dramatização.

As abordagens de Canclini e Barbero têm o mérito de desconstruir o conceito de popular, propondo uma forma mais dinâmica de lidar com ele. Não só propõem ver as marcas da cultura popular como formas de dramatização, como também ver o próprio conceito como uma "noção teatral": *"o popular, conglomerado heterogêneo de grupos sociais, não tem o sentido unívoco de um conceito científico, mas o valor ambíguo de uma noção teatral"*. Segundo Canclini, o popular designa as posições de certos agentes, aquelas que os situam frente aos hegemônicos, nem sempre sob a forma de confrontos.¹¹¹

"É possível avançar nesse processo de reconstruir a noção de popular se se passa de uma encenação épica à de uma tragicomédia", escreve Canclini. *"O defeito mais comum na caracterização do 'povo' "*, continua o autor, *"foi pensar que os agentes agrupados sob esse nome são como uma massa social compacta que avança incessante e combativa rumo a um porvir renovado. As investigações mais complexas*

¹⁰⁹ Gisela Goldenstein, op.cit., pp. 43-4.

¹¹⁰ Néstor Garcia Canclini, op.cit., p.219.

dizem que o popular se coloca em cena não com essa unidirecionalidade épica, mas com o sentido contraditório e ambíguo dos que padecem a história e ao mesmo tempo lutam nela".¹¹²

Canclini e Barbero encontram um caminho para a reformulação do popular pelas ciências sociais na importância atribuída por alguns autores ao melodrama. "Por que esse gênero teatral é um dos preferidos pelos setores populares?", pergunta Canclini.¹¹³ No tango e na telenovela, no cinema massivo e na nota sensacionalista, o que comove os setores populares, diz Martin-Barbero, é o drama do reconhecimento e a luta para fazer-se reconhecer, a necessidade de recorrer a formas variadas de sociabilidade primordial (o parentesco, a solidariedade de vizinhança, a amizade) frente ao fracasso das vias oficiais de institucionalização do social, incapazes de assumir a densidade das culturas populares.¹¹⁴

Tais considerações reforçam a relevância do estudo da associação entre imprensa sensacionalista e política populista no Brasil, na década de 1950. Jornais como o *Última Hora*, *O Dia* e o *Luta Democrática* nasceram justamente da percepção de lideranças populistas quanto à eficácia da imprensa sensacionalista como meio de se alcançar as camadas populares. Os jornais sensacionalistas, que tradicionalmente haviam se colocado como *defensores do povo*, reclamando escandalosamente os direitos populares, serviram de terreno fértil ao exercício do personalismo e do clientelismo populista. Tais jornais constituíram um canal de comunicação entre o público (e)leitor e as lideranças populistas, em que estas se utilizaram do apelo emocional deste tipo de imprensa para a construção de uma idéia de identidade e pertencimento entre as partes. A análise do perfil editorial destes jornais revela a interseção entre a política populista, a cultura popular e as técnicas da indústria cultural.

¹¹¹ Ibid., p.279.

¹¹² Ibid., p.280.

¹¹³ Ibid., p.281.

¹¹⁴ Citado em Néstor Garcia Canclini, *Consumidores e Cidadãos*, Rio de Janeiro, Ed.UFRJ, 1999, pp.263-4.

Em seu livro *Dos meios às mediações*, Jesús Martin-Barbero demonstra as formas pelas quais as modernas técnicas da indústria cultural erigem-se sob o terreno da cultura tradicional. Este modelo de jornal popular e sensacionalista, produzido no contexto da iniciante indústria cultural, alia a modernidade das novas técnicas de diagramação, edição e promoção a temas e formas narrativas oriundas da cultura popular. Diferente dos trabalhos de Antonio Serra e Danilo Angrimani, que citam a apropriação que a imprensa sensacionalista faz de elementos da cultura popular como parte da estratégia de manipulação, Barbero historiciza este processo de apropriação, com o objetivo de pensar o caminho pelo qual esta imprensa se tornou um importante espaço de negociação entre as partes.

Segundo Barbero, *"o sensacionalismo delinea então a questão dos rastros, das marcas deixadas no discurso da imprensa por uma outra matriz cultural, simbólico-dramática, a partir da qual são modeladas várias das práticas e formas da cultura popular. Uma matriz que não opera por conceitos e generalizações, mas sim por imagens e situações; excluída do mundo da educação oficial e da política séria, ela sobrevive no mundo da indústria cultural, onde permanece como um poderoso dispositivo de interpelação popular. Claro que fica muito mais fácil e seguro continuar reduzindo o sensacionalismo a um 'recurso burguês' de manipulação e alienação"*.¹¹⁵

Citando o trabalho de Osvaldo Sunkel sobre a imprensa popular de massas no Chile¹¹⁶, Barbero afirma que *"foi preciso bastante fôlego para se arriscar a afirmação de que 'por trás da noção de sensacionalismo, como exploração comercial da reportagem policial, da pornografia e da linguagem grosseira se esconde uma visão purista do popular'."*¹¹⁷

"Todavia", continua o autor, *"somente correndo riscos se pode descobrir a conexão cultural entre a estética melodramática e os dispositivos de sobrevivência e revanche da matriz que irriga as culturas populares. Uma estética melodramática que se atreve a violar a*

¹¹⁵ Jesús Martin Barbero, op.cit., p.246.

¹¹⁶ O trabalho de Osvaldo Sunkel chama-se *Razón y pasión en la prensa popular* (Santiago, ILET, 1985).

¹¹⁷ Jesús Martin Barbero, op.cit., p.246.

*separação racionalista entre os assuntos sérios e os temas destituídos de valor, a tratar os fatos políticos como fatos dramáticos e a romper com a 'objetividade' observando as situações a partir daquele outro ponto de vista que interpela a subjetividade dos leitores".*¹¹⁸

Em suma, as reflexões de Canclini e Barbero oferecem indicações importantes para a abordagem das interseções entre cultura popular, populismo político e indústria cultural. Uma abordagem que não reduza o populismo político e os produtos da indústria cultural a formas de manipulação, nem traga uma visão purista da cultura popular.

À luz das reflexões destes autores, o estudo da relação entre imprensa sensacionalista e populismo político no Brasil da década de 1950 pode contribuir para a compreensão do processo de constituição da modernidade latino-americana, uma modernidade construída não apenas pela modernização e pelos modernismos, mas também pela interação com elementos tradicionais, tanto culturais como políticos.

Reverendo a bibliografia sobre populismo: historicizando o conceito e definindo o universo de questões

A revisão bibliográfica apresentada nas duas primeiras partes deste texto procurou demarcar a forma como diferentes autores trabalharam a questão dos meios de comunicação (e, neste caso, interessa-nos especialmente a mídia impressa) em relação aos temas do sensacionalismo e do populismo. Em vários casos, a discussão acerca da cultura popular e da relação que os meios de comunicação estabelecem com ela aparece como parte fundamental das análises.

Em face disto, a terceira parte deste texto buscou apresentar as proposições de Néstor Canclini e Jesús Martín-Barbero, naquilo que elas contribuem para a discussão dos conceitos com os quais operamos. Canclini e Barbero propõem, como vimos, um entendimento mais sofisticado das relações entre a cultura popular, a "alta" cultura e a

¹¹⁸ Ibid., p.247.

indústria cultural na América Latina. Um entendimento de que tais relações são bidirecionais, criando assim "culturas híbridas".

Também o conceito de populismo requer uma discussão dos critérios para a sua definição e uso. A revisão bibliográfica da segunda parte apontou como alguns estudos da comunicação no Brasil lidaram com o conceito. Agora, interessa-nos recuperar algumas interpretações acerca do populismo enquanto fenômeno histórico, relacionando-as às questões destacadas anteriormente, tentando assim definir melhor nosso universo de questões.

O livro de Gisela Goldenstein, *Do jornalismo político à indústria cultural*, relaciona a história dos jornais **Última Hora** e **Notícias Populares** ao processo de incorporação das classes populares efetuado pelo populismo. Tomamos a afirmação de Goldenstein como hipótese de trabalho, pois também acreditamos que a história dos jornais por nós estudados - **O Dia**, **Luta Democrática** e, igualmente, o jornal **Última Hora** - está intimamente ligada ao contexto político da década de 1950, marcado pelo populismo.

A investigação sobre tais jornais pode, portanto, lançar luz sobre um momento fundamental da história política do País. Conforme escrevem Kenneth Paul Erickson e Kevin J. Middlebrook, "*Em qualquer nação onde haja o desenvolvimento de atividades industriais modernas, a forma pela qual o emergente movimento operário é incorporado ao sistema político nacional terá consequências duradouras tanto para a estrutura do sistema como um todo como para a futura participação econômica e política dos trabalhadores neste sistema. De fato, a expansão da participação política e a incorporação de atores políticos de massa na política nacional constitui um momento crítico no desenvolvimento político de um país*".¹¹⁹ Nosso foco, aqui, está na participação e contribuição de determinados meios de comunicação ao longo deste processo.

¹¹⁹ K.P.Erickson e K.J.Middlebrook, "The State and organized labor in Brazil and Mexico" in Brazil and Mexico.Patterns in Latin Development, Filadélfia, ISHI, 1982, pp.213-4.

Uma das primeiras experiências populistas no Brasil pode ser identificada à carreira política de Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro pós-Revolução de 1930, e já trazia o uso do rádio como elemento importante de sua sustentação política.¹²⁰ Com Vargas, a questão da comunicação foi sofisticada, ganhando especial destaque durante o Estado Novo. Com o fim da ditadura, abriu-se a fase dos governos populistas, associados logo ao nacional-desenvolvimentismo. A possibilidade de implementação dos projetos nacionais de desenvolvimento econômico passava então pelo referendo do voto, em um quadro onde a classe trabalhadora adquiria peso, e os líderes populistas intensificavam seu recrutamento através da mídia. A observação da atuação de jornais como **O Dia**, **Última Hora** e **Luta Democrática** durante a década de 1950 permite-nos perceber como era feita a interpelação populista às massas.

Essa interpelação lidou com questões relativas à vida das classes populares que vinham sendo construídas na medida de sua emergência nas cidades. Temas que constituíram o discurso e a identidade da massa trabalhadora desde o movimento operário do início do século, depois apropriados pelos primeiros líderes políticos populistas da década de 1930, como Pedro Ernesto e Ademar de Barros, e em seguida incorporados ao discurso trabalhista do corporativismo forjado por Vargas durante o Estado Novo.

Segundo Angela de Castro Gomes, *"o sucesso do discurso trabalhista e da organização de interesses corporativista baseou-se na re-significação de todo um elenco de demandas e de toda uma tradição cultural e política centrada no valor do trabalho e da dignidade do trabalhador, desta feita enunciados e reconhecidos pelo próprio Estado. Assim, o processo histórico pelo qual o Estado ampliou seus poderes, intervindo na sociedade através da figura política do Executivo, foi o mesmo pelo qual a classe trabalhadora ganhou o status de ator político relevante. Tal processo, portanto, tornou o Estado o mediador por*

¹²⁰ Michael Conniff, "Populism in Brazil, 1925-1945" in: Michael Conniff (ed.), op. cit..

*excelência de todos os interesses corporativamente organizados em sindicatos e politicamente representados em partidos".*¹²¹

No Estado Novo, ao lado de uma retórica que incentivava as classes trabalhadoras na direção da expansão de seus direitos sociais, ia sendo construído um aparato de controle a esta mesma participação. A forma corporativa de organização dos trabalhadores era um dos instrumentos que garantia o controle. A teoria corporativista apelava para a harmonia social, propondo o fim dos conflitos entre as classes através da mediação do Estado nas relações entre trabalho e capital.¹²² Após a queda do Estado Novo, a continuidade da legislação trabalhista garantiu a permanência da estrutura corporativista dos sindicatos e as restrições ao direito de greve.

Ainda que por vezes contraditórias, a retórica e as práticas políticas de Vargas durante as décadas de 1930 e 1940 contribuíram fortemente para forjar uma nova consciência entre as massas. Com a redemocratização a partir de 1945, já surgiam lideranças populistas organizadas em partidos, as quais tinham, porém, de enfrentar o legado corporativista de Vargas em sua disputa por votos. O ambiente democrático permitiu a disputa entre tais lideranças em torno da interlocução estabelecida com as classes populares. Tentava-se, neste novo quadro, abarcar também grupos que se mantiveram à margem das formas de organização trabalhista promovida pelo Estado Novo.

Quais seriam, então, as características da interpelação populista às massas? Segundo Gary W. Wynia, comentando a experiência populista no Brasil e na Argentina, *“As realizações dos populistas foram na verdade bem modestas, mas a política nunca mais foi a mesma nos países em que eles atuaram. Não só eles mudaram algumas regras no Brasil e na Argentina, mas também inventaram um novo tipo de liderança,*

¹²¹ Angela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994, pp.284-285.

¹²² K.P.Erickson e K.J.Middlebrook, op.cit., pp.217-8.

*manipuladora em seu estilo, nacionalista em seu sentimento, e massiva em seu apêlo".*¹²³

Michael Conniff descreve o populismo como um fenômeno urbano, multiclassista, eleitoral, expansivo, popular e liderado por figuras carismáticas.¹²⁴ Cabe aqui fazer uma ressalva quanto a experiências não-urbanas do populismo, como no caso do México sob o regime de Lázaro Cárdenas.¹²⁵

No Brasil, o livro *O populismo na política brasileira*, de Francisco Weffort, publicado em 1978, constituiu à época de seu lançamento uma importante revisão do fenômeno histórico. Um dos pontos importantes e caro a autores já citados neste texto é a crítica da noção de manipulação que marcou por muito tempo a definição de populismo.

*"Em realidade", escreve Weffort, "o populismo é algo mais complicado que a mera manipulação e sua complexidade política não faz mais que ressaltar a complexidade das condições históricas em que se forma. O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano".*¹²⁶

"A manipulação", continua Weffort, "pelo menos nas dimensões observadas no populismo, não é possível sem envolver - e por certo que contraditoriamente - algum grau de real expressão dos interesses sociais das classes populares emergentes. Seria um contra-senso supor-se que estas possam ter servido como base de apoio, e até certo ponto de

¹²³ Gary W. Wynia, *The Politics of Latin American Development*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, p.221.

¹²⁴ Michael Conniff, "Introduction: Toward a comparative definition of populism" IN: Michael Conniff (ed.), op. cit., pp.14-21.

¹²⁵ Maria Lígia Prado, *O populismo na América Latina*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.
Norma Hamilton, *The limits of state autonomy – Post-revolutionary Mexico*, New Jersey, Princeton University Press, 1982, 1ª parte.

¹²⁶ Francisco Weffort, *O populismo na política brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978, pp.62-3.

*legitimação, de um regime que ignorasse os problemas postos por sua situação social".*¹²⁷

Ou, como escreveria Angela de Castro Gomes mais recentemente: *"A 'manipulação populista' (...) é tanto uma forma de controle sobre as massas, como uma forma de atendimento de suas reais demandas. Embora seja muito mais enfatizada a dimensão do 'mascaramento' existente nesse atendimento, a política 'populista' é avaliada também como um caminho de acesso e de reconhecimento dos interesses dos setores populares".*¹²⁸

Em recente e fundamental coletânea, vários autores dedicaram-se à avaliação do populismo, enquanto categoria descritiva e/ou fenômeno histórico. Em seu artigo, Maria Helena Capelato demarca que os estudos mais recentes sobre os governos denominados populistas permitem afirmar que um traço comum os caracteriza: a introdução de uma nova cultura política baseada no papel interventor do Estado nas relações sociais, o que representou, ao mesmo tempo, atendimento de reivindicações de natureza social (melhoria salarial, legislação trabalhista, reforma agrária – no caso mexicano), política (referência a uma cidadania baseada no reconhecimento do trabalhador como sujeito da história) e subjetiva (resposta aos anseios de dignidade do trabalhador, até então desprezado por governantes e setores dominantes).¹²⁹

Capelato chama a atenção para o fato de que, se por um lado, não se pode negar a importância destas conquistas das classes populares nesses regimes, por outro não deve ser esquecido o que havia também de controlador e autoritário em tais políticas.¹³⁰

E o que constituiu a retórica e o ideário populista? Gary W. Wynia destaca que embora os populistas fossem radicais em sua retórica, eram moderados em seu comportamento. A aparente contradição deve-se à

¹²⁷ Ibid., p.124.

¹²⁸ Angela de Castro Gomes, "A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado" in Lilia Moritz Schwarcz (org.), *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, volume 4, p.546.

¹²⁹ Maria Helena Capelato, "Populismo latino-americano em discussão" in Jorge Ferreira (org.), *O populismo e sua história – debate e crítica*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp.163-4.

¹³⁰ Ibid., pp.163-4.

necessidade de compôr com os interesses de diferentes grupos sociais. Da mesma forma, as idéias variaram conforme as demandas políticas.

Segundo a análise de Michael Conniff, “*Os populistas não podiam ser facilmente categorizados em relação a uma ideologia, pois seus programas raramente encaixavam-se em esquemas doutrinários existentes (por exemplo, conservadorismo, liberalismo, socialismo). De fato, o rótulo mais comum para seus programas derivava da simples adição do ismo aos seus nomes: Peronismo, Getulismo, Ademarismo, Velasquismo, Gaitanismo, etc. (...) As idéias populistas, portanto, eram ecléticas e flexíveis, desenhadas para atrair o maior número de eleitores em qualquer tempo*”.¹³¹

O termo populismo não caracteriza uma determinada ideologia, mas sim um conjunto de práticas políticas. Uma hipótese, para nós, é a de que a potencialidade da imprensa sensacionalista, como instrumento das lideranças populistas para chegarem às classes populares, esteve relacionada ao que nela atendia às necessidades das lideranças populistas, mas também às demandas de seus (e)leitores. O ponto fundamental aqui é a questão do reconhecimento social das classes populares. Reconhecimento por parte das lideranças, e também auto-reconhecimento.

Outra hipótese é a de que a funcionalidade da imprensa sensacionalista para as lideranças populistas estava na articulação de reconhecimento e controle. Conforme exposto por Michael Conniff no livro *Latin American populism in comparative perspective*, o populismo reconheceu os direitos sociais dos setores populares, trazendo ainda a promessa de preservação de laços tradicionais de solidariedade social em meio ao processo de modernização da sociedade. Mas tal reconhecimento veio acompanhado de formas de controle da atuação das classes trabalhadoras.

A linguagem sensacionalista, derivada de formas narrativas da cultura popular, dramatizava o cotidiano das classes populares, efetuando alí o reconhecimento de seus problemas diários, mas estas

¹³¹ Michael Conniff, "Introduction" in *Populism in Latin America*, Tuscaloosa and London, The University of Alabama Press, 1999, p.5.

representações propunham também formas de comportamento. Importa, aqui, checar as impressões de autores como Antonio Serra, segundo as quais tais dramatizações do cotidiano produzidas pela imprensa sensacionalista construíam uma imagem subalterna para as classes populares. Interessa, portanto, verificar a participação de tais jornais neste processo em que se articulou valorização e controle enquanto era forjada uma nova identidade para as classes populares.